

Boletim Trimestral 35

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Ficha técnica

Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

Maria Margarida Louro

Conceção Gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação

Edição

dezembro 2019

Colaboradores internos

Amável Candeias
Carlos Almeida
Gertrudes Castelo
Jesuina Rosalino
Ventura Ourives
Teresa Godinho

Colaboradores externos

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.

Capa

Maquete do projeto para o Hospital Central do Alentejo

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

- 04 Destaques**
Hospital Central do Alentejo
- 06 Análise regional**
Conjuntura Regional
- 12 Para uma Administração Local de Excelência**
Uma colaboração ativa e em proximidade
- 14 Perspetiva 2020**
O Rei da Cozinha na Época do Estio
O Tomate *Lycopersicon esculentum Miller*
- 20 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020**
Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 30 de setembro de 2019
- 29 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020**
Investimentos em Destaque
- 36 Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 30 de setembro de 2019**



O Hospital Central do Alentejo vai dotar o Serviço Nacional de Saúde de capacidade para responder melhor e mais rapidamente às necessidades da população, permitindo ganhos de eficiência, qualidade e segurança para os cidadãos e reduzindo as desigualdades de acesso aos cuidados de saúde, melhorando ainda as condições de conforto para os utentes e as condições de trabalho para todos os profissionais. O novo equipamento terá um perfil assistencial diversificado, contando com um plateau tecnológico diferenciado, componente de radioterapia, de medicina nuclear e de meios de diagnóstico e terapêutica, polivalência de cuidados de saúde, valência de cuidados paliativos, desenvolvimento das áreas de ambulatório e alargamento a várias especialidades clínicas até então inexistentes na região. O novo equipamento consubstancia uma iniciativa essencial de investimento no interior do país e representa a criação de valor para toda a região do Alentejo, tornando-se um polo com maior atratividade para a fixação de profissionais de saúde.

Destaque

Hospital Central do Alentejo



Nos últimos anos, parte dos investimentos realizados no setor da saúde têm sido possíveis devido aos fundos comunitários, que constituem uma oportunidade para a criação e disponibilização de melhores condições e ganhos em saúde, com impacto na qualidade de vida da população.

Os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares têm beneficiado dos fundos disponibilizados pelo Programa Operacional Regional do Alentejo - Alentejo 2020, permitindo melhorar significativamente a rede de infraestruturas. Os cuidados de saúde primários são o ponto inicial de acesso à prestação de cuidados de saúde, por parte da população, assumindo importantes funções na promoção da saúde e na prevenção da doença. É de extrema importância a criação, junto da população, de serviços de proximidade com qualidade e que respondam às expectativas dos utentes, quanto ao acesso e eficácia. Neste sentido, tem-se apostado na renovação dos equipamentos, criando estruturas modernas e dotadas de meios técnicos para a prestação de cuidados de excelência. Por sua vez, os cuidados hospitalares centram-se na prestação de cuidados de saúde diferenciados, à população da sua área de influência. A atividade das unidades hospitalares consiste, fundamentalmente, no diagnóstico, tratamento e reabilitação, podendo ser desenvolvida em regime de internamento ou ambulatório e detêm meios tecnológicos que não existem nos cuidados de saúde primários. O apoio comunitário tem permitido adquirir novos equipamentos médicos, com vista à substituição dos existentes que já se encontravam obsoletos ou cujo tempo médio de vida tinha sido ultrapassado, possibilitando a sua renovação tecnológica.

Encontra-se aberto um aviso-convite com dotação global do fundo FEDER de 40 milhões de euros, para submissão da candidatura referente à construção do Hospital Central do Alentejo. Trata-se de um investimento estruturante, há muito ambicionado pela população do Alentejo e de grande relevo para toda a região. A sua necessidade tem por base uma série de condicionantes existentes no atual Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE, tais como a separação física entre os dois principais edifícios, que provoca vários constrangimentos, custos acrescidos, perdas de eficiência e dificuldades no circuito de gestão do doente. Muitos dos problemas das atuais instalações não são resolúveis, como por exemplo, o facto de existir uma estrada nacional (E 802) entre os dois edifícios, ou a inadequação da estrutura física de um dos edifícios que apresenta uma arquitetura obsoleta, uma vez que não foi originalmente desenhado para um hospital de agudos. O Hospital Central do Alentejo vai dotar o Serviço Nacional de Saúde de capacidade para responder melhor e mais rapidamente às necessidades da população, permitindo ganhos de eficiência, qualidade e segurança para os cidadãos e reduzindo as desigualdades de acesso aos cuidados de saúde, melhorando ainda as condições de conforto para os utentes e as condições de trabalho para todos os profissionais. O novo equipamento terá um perfil assistencial diversificado, contando com um plateau tecnológico diferenciado, componente de radioterapia, de medicina nuclear e de meios de diagnóstico e terapêutica, polivalência de cuidados de saúde, valência de cuidados paliativos, desenvolvimento das áreas de ambulatório e alargamento a várias especialidades clínicas até então inexistentes na região. O novo equipamento consubstancia uma iniciativa essencial de investimento no interior do país e representa a criação de valor para toda a região do Alentejo, tornando-se um polo com maior atratividade para a fixação de profissionais de saúde.

A construção, apetrechamento e restantes despesas da nova infraestrutura terá um custo total na ordem dos 216,7 milhões de euros.

O financiamento comunitário tem permitido consolidar a rede de cuidados de saúde na Região do Alentejo, criando todas as condições necessárias para o incremento da qualidade na prestação de cuidados à população.

Análise Regional

Conjuntura Regional - 3º Trimestre de 2019

O mercado de trabalho regional, no 3º trimestre de 2019, face ao trimestre anterior e ao período homólogo de 2018, revela uma tendência de inversão da situação favorável que se vinha verificando. Esta tendência já se havia sentido no trimestre anterior. No entanto, o rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem e a população desempregada inscrita nos serviços de emprego, revelam tendências favoráveis, face a ambos os períodos de referência.

A população ativa continua a decrescer, havendo menos cerca de 5100 ativos, face ao período homólogo (-1,5%). A taxa de atividade não sofreu alterações significativas nos valores apresentados nos trimestres em referência, apesar da ligeira tendência decrescente manifestada.

A taxa de emprego, manteve os valores percentuais do último trimestre, com ligeira tendência de decréscimo percentual, face ao período homólogo. Esta tendência resultou da diminuição de cerca de 6400 pessoas empregadas por conta de outrem, face ao período homólogo e de menos de cerca de 900 pessoas empregadas, face ao trimestre anterior.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2019 - Mercado de trabalho

Indicador	3º Trimestre 2019	2º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	342,3	342,6	347,4	-1,5	-0,1	INE
Taxa de emprego (%)	52	52	52,5	-1,0	0,0	INE
População empregada por conta de outrem (Mil.)	318,2	319,1	324,6	-2,0	-0,3	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	854	851	838	1,9	0,4	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	55,9	55,9	56,2	-0,5	0,0	INE
Taxa de desemprego (%)	7	6,9	6,6	6,1	1,4	INE
População desempregada (Milh.)	24,1	23,6	22,8	5,7	2,1	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	19,3	19,5	21,5	-10,2	-0,7	IEFP

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

A taxa de desemprego passou de 6,6% no 3º trimestre de 2018 para 7% no trimestre em análise, sendo que no 2º trimestre deste ano já tinha registado o valor de 6,9%. Estes valores devem-se essencialmente a haver mais cerca de 3300 desempregados, face ao trimestre homólogo e mais cerca de 500 pessoas desempregadas que no trimestre anterior.

A referenciar o valor do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem que passou de 838€ (3º trimestre 2018) para 854€ no trimestre atual (acréscimo de 1,9%).

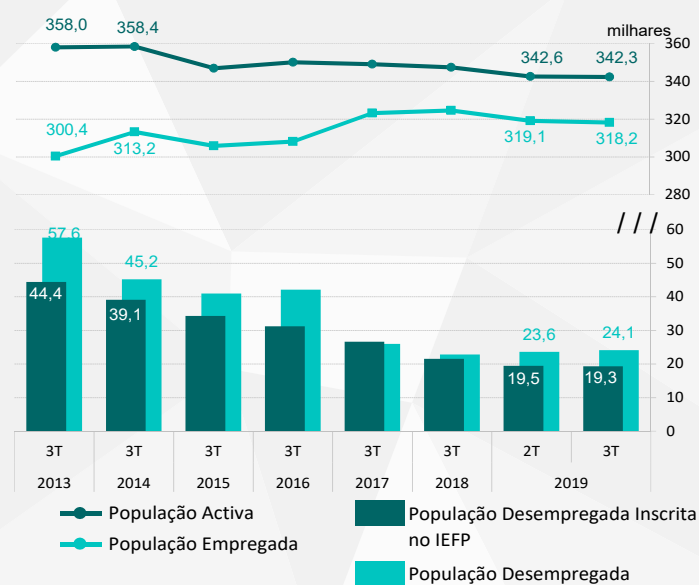
Perante um período temporal mais alargado, entre o 3º trimestre de 2013 e o 3º trimestre de 2019, a tendência

da população ativa tem sido decrescente (apesar de não ser uma tendência muito acentuada), verificando-se uma diminuição de cerca de 15700 pessoas, entre estes dois períodos em referência.

A população empregada tem vindo a aumentar, com ligeiras oscilações temporais, tendo aumentado cerca de 17800 pessoas empregadas, entre o 1º momento de análise (3º trimestre 2013) e a atualidade.

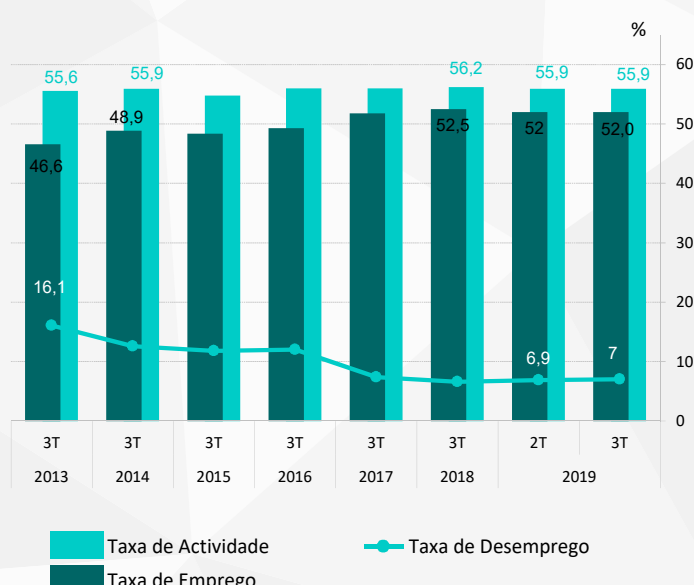
Como fator positivo, a salientar o facto de a população desempregada ter vindo continuamente a decrescer, tendo em 2017 e 2018 havido a maior proximidade entre a população desempregada e o nº de inscritos nos serviços do IEFP nestas condições.

População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

À semelhança do que já foi referido relativamente ao período anterior e ao período homólogo ao 3º trimestre de 2019, também, relativamente a um período mais alargado (recuando ao 3º trimestre de 2013), a **taxa de atividade** não revela grandes oscilações (no 3º trimestre de 2019 atinge mais 0,3 pontos percentuais que o valor que tinha no 3º trimestre de 2013). Tendo em conta que a taxa de atividade permite definir o peso da população ativa sobre a população total e que a população ativa tem vindo a revelar uma tendência decrescente, a relativa manutenção da taxa de atividade deve-se à simultaneidade do decréscimo da população total.

Como se verificou no mapa acima, a população empregada, entre 2016 e 2018, teve um acréscimo considerável. Porém, em 2019, manteve-se praticamente estável, com tendência ligeiramente decrescente. A **taxa de emprego**, que resulta da relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade), que também tem verificado uma ligeira tendência decrescente, reflete a situação apresentada nestes dois indicadores, pelo que, apresenta uma tendência ascendente e em 2019, nos 2º e 3º trimestres, mantém-se nos 52%, situação que pode considerar-se atenuada, face ao ligeiro decréscimo da população ativa.

A **taxa de desemprego** (relação entre a população desempregada e a população ativa), depois de uma tendência decrescente (2013-2018), também aparece praticamente estabilizada em 2019, com ligeira tendência ascendente no presente trimestre, face ao anterior, o que resulta das dinâmicas da população desempregada e da população ativa, anteriormente referenciadas. De qualquer modo é importante referenciar a taxa de desemprego de 16,1% no 3º trimestre de 2013, face a 7% no 3º trimestre de 2019.

Os indicadores de habitação e turismo têm continuado a manifestar uma variação favorável, havendo a salientar a evolução da avaliação bancária dos alojamentos que no 3º Trimestre atinge 1054€/m2, face a 1055€/m2 no trimestre anterior

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2019 - Habitação e Turismo

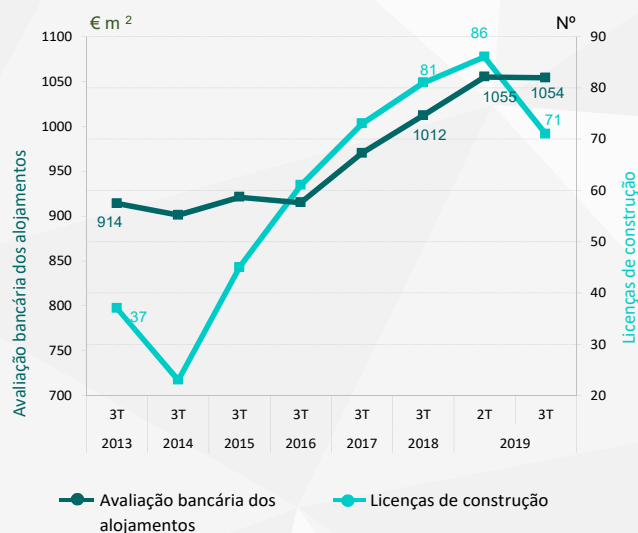
Indicador	3º Trimestre 2019	2º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	71	86	81	-12,3	-17,4	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/m²)	1054	1055	1012	4,2	-0,1	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	207,3	203,9	211,3	-1,9	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	14153	12788	12647	11,9	*	INE

Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

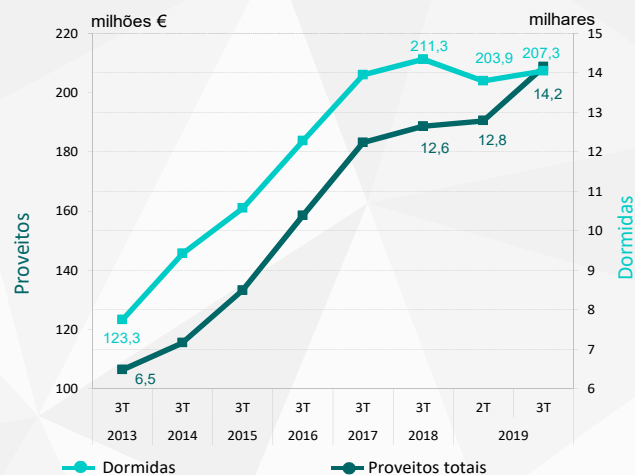
O aumento continuado da avaliação bancária dos alojamentos que se vinha verificando desde 2016, parece ter sofrido uma alteração neste trimestre, face ao anterior, se bem que estamos perante a diminuição de 1€/m² (-0,1%), sendo que face ao período homólogo se verifica ainda um acréscimo de 42€ (+4,2%). Trata-se de uma variação pouco significativa, face ao período anterior que não permite concluir qualquer inversão no processo de avaliação da habitação, devendo aguardar-se futuras evoluções.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Infoline

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



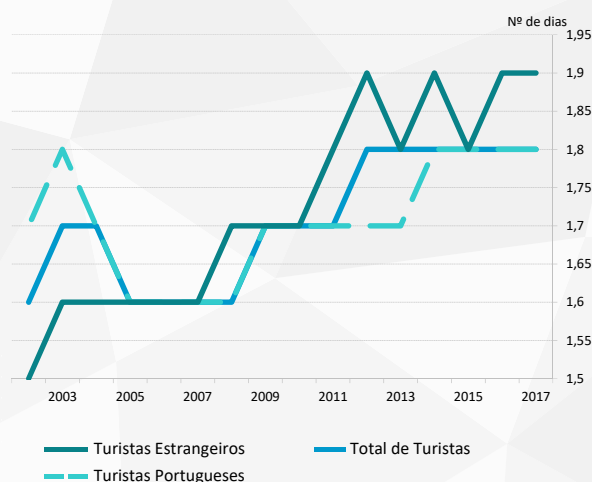
Fontes: INE - Infoline

As licenças de construção, também verificaram um decréscimo de 10 e de 15 licenças, face ao período homólogo e ao trimestre anterior, respetivamente. Porém, estão em causa números pouco significativos de licenças, inferiores a uma centena.

Quanto ao turismo, estão comparados só períodos homólogos e é de referenciar que entre 2018 e 2019 se registaram menos 4000 dormidas na Região, sendo que os proveitos, no mesmo período, acresceram 1,506 milhões de euros.

Apesar de não podermos comparar diretamente os dados dos dois períodos (antes e depois de 2017), devido a uma quebra na série de dados ocorrida em 2017, confirma-se o posicionamento ascendente do setor, sendo que se confirma a já referenciada evolução descendente do número de dormidas.

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2003 a 2017



Fontes: INE - Infoline

Apesar da evolução favorável do setor na Região, a estada média em número de dias não tem «descolado» e continua a manter-se entre 1,8 e 1,9 dias para os turistas portugueses e para os estrangeiros, respetivamente.

A balança comercial da região continua a revelar em junho de 2019 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua a ser consideravelmente superior relativamente ao das importações.

As exportações, mantiveram praticamente o mesmo valor face ao trimestre anterior e verificaram um acréscimo de 11,9 milhões de euros, em relação ao trimestre homólogo, o que se traduziu num acréscimo de 3,8%. Porém, o volume financeiro das exportações no espaço

intracomunitário diminuiu, tanto relativamente ao período homólogo (-0,5%), como ao trimestre anterior (-6,1%). Em contrapartida, o volume financeiro das exportações no espaço fora da europa aumentou, face a ambos os períodos de referência (13,1 milhões de euros e 15,2 milhões de euros nos períodos homólogo e trimestre anterior, respetivamente). No entanto, de salientar que o comércio intracomunitário tem um significado mais relevante, pois atinge um volume financeiro superior a 200 milhões de euros e o extracomunitário está perto dos 90 milhões de euros.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2019 - Exportação / Importação

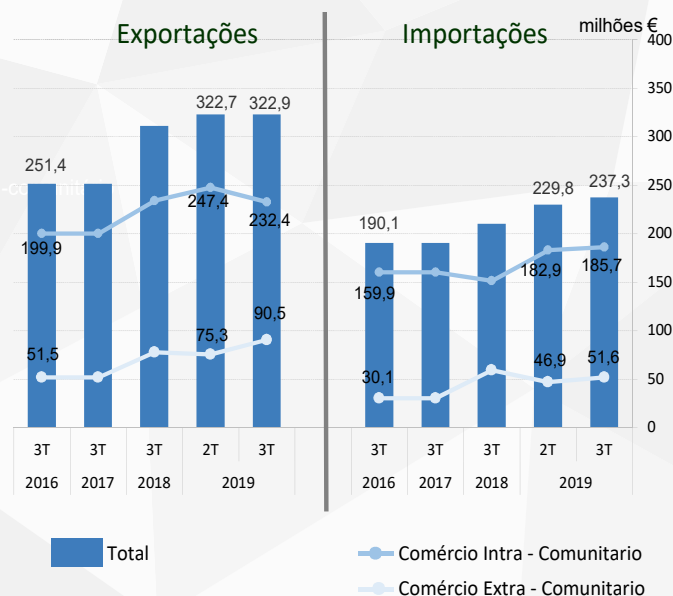
Indicador	3º Trimestre 2019	2º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	322,9	322,7	311,0	3,8	0,0	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	232,4	247,4	233,6	-0,5	-6,1	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	90,5	75,3	77,4	16,9	20,1	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	237,3	229,8	210,1	13,0	3,3	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	185,7	182,9	151,1	22,9	1,5	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	51,6	46,9	58,9	-12,5	10,1	INE

Fonte: INE - Infoline

Quanto ao valor das importações, verificou um acréscimo de 27,2 e 7,5 milhões de euros, face ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior, respetivamente. Este acréscimo deveu-se essencialmente ao comércio intracomunitário, onde o volume de negócios é mais relevante. O volume financeiro das importações no espaço extracomunitário diminuiu cerca de 7,3 milhões de euros face ao período homólogo e aumentou 4,7 milhões de euros face ao trimestre anterior.

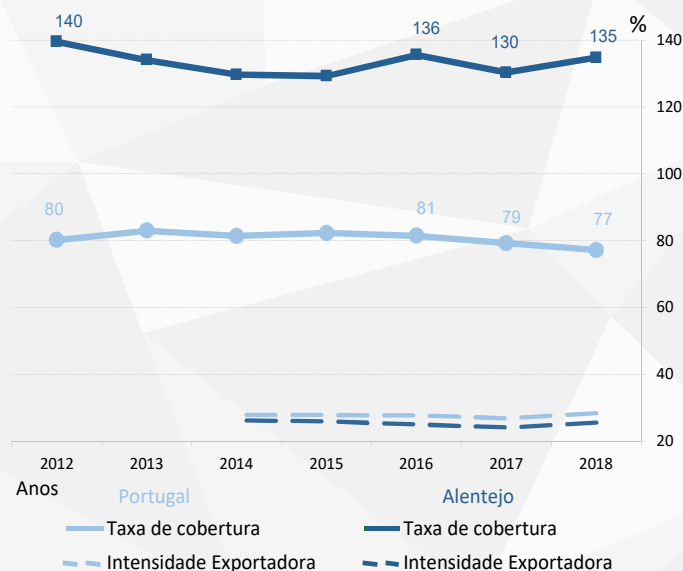
Apesar da tendência crescente do volume financeiro das exportações que se vinha verificando, ter sido ligeiramente atenuada durante o ano 2019, a situação da Região mantém-se favorável, com uma continuada tendência da procura de mercados fora da europa.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo - Evolução de 2016 a 2019



Fontes: INE - Infoline

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Infoline

O valor das importações revela também uma tendência ascendente. Quer nas importações de bens, quer na exportação, o valor relevante refere-se ao comércio intracomunitário.

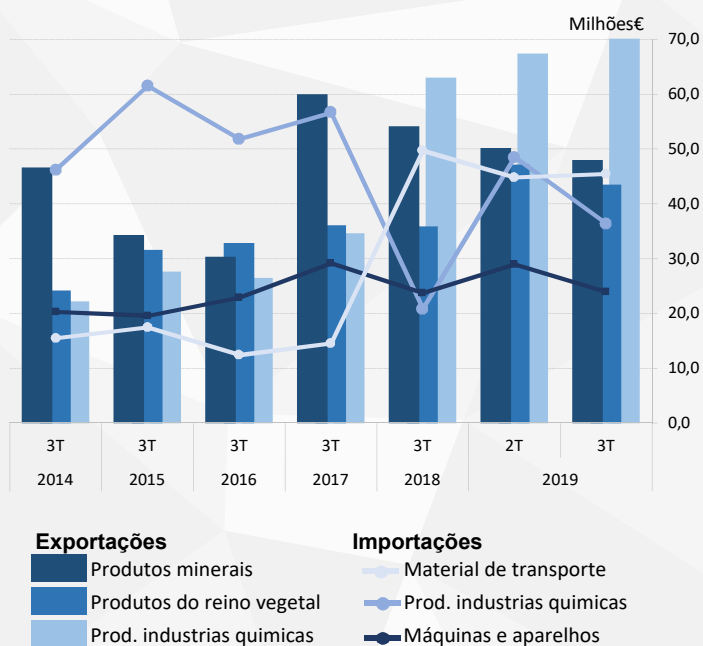
Neste contexto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na Região, é substancialmente superior à mesma taxa a nível nacional, sendo a taxa regional superior a 100%, o que significa que a Região tem uma boa competitividade comercial. No entanto, a intensidade exportadora nacional revela valores superiores à regional. Saliente-se que este indicador evidencia a orientação da produção para o mercado externo e a contribuição das exportações para o PIB.

A taxa de cobertura, quer nacional, quer regional, revela uma ligeira tendência descendente, justificável, no caso regional, pela dinâmica Importações/exportações referida anteriormente.

Quanto à intensidade exportadora, tem mantido uma tendência de estabilidade.

A estrutura das exportações regionais, revela que o valor correspondente aos produtos mais exportados na região são os produtos de indústrias químicas, seguido de produtos minerais e de produtos do reino vegetal. O valor dos plásticos e borracha que antes ocupava a 2ª posição nos produtos mais exportados, passou a não constar da lista dos 3 produtos mais comercializados, quer nas importações, quer nas exportações.

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Infoline

O valor mais elevado dos produtos importados refere-se a material de transporte, seguido de produtos de indústrias químicas e de máquinas e aparelhos.

Têm-se revelado algumas dinâmicas no posicionamento destes produtos, quer em termos das exportações, quer das importações. O valor das exportações de produtos de indústrias químicas tem vindo a revelar uma tendência ascendente, superior ao valor das importações desta mesma tipologia de produtos que este ano revela tendência decrescente. Também o valor das exportações de produtos do reino vegetal tem vindo a revelar tendência continuamente ascendente. Já o valor das exportações de produtos minerais, tem vindo a revelar uma tendência decrescente, desde 2017. O valor das importações de material de transporte tem vindo a revelar uma significativa tendência ascendente, apesar de, desde 2018 manter uma certa estabilidade. O valor das importações de máquinas e aparelhos, revela uma certa tendência de estabilidade, enquanto o valor das importações de produtos de indústrias químicas revela a maior tendência de descontinuidade, descendente durante o ano de 2019.

Artigo da responsabilidade de Teresa Godinho, chefe de divisão e Amável Candeias, técnico superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

Para uma Administração Local de Excelência

A CCDRA e a Administração Local: uma colaboração ativa e em proximidade

O apoio técnico às autarquias locais, nomeadamente nas áreas contabilística, financeira e jurídica, onde se destacam a emissão de pareceres, as consultas informais e a atualização de entendimentos e sua divulgação, é uma das atribuições típicas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, desde o início da sua existência.

Os órgãos dos Municípios, Freguesias e Comunidades Intermunicipais do Alentejo interagem de forma constante com a CCDRA, cujos serviços procuram em permanência prestar um apoio válido, no âmbito de uma relação de confiança técnica recíproca de há muito consolidada, que importa continuar a dinamizar.

Por revelarem conteúdos oportunos para a gestão autárquica, cumpre no presente fazer referência aos seguintes documentos técnicos, na ótica das finanças locais:

- FAQ da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) sobre descentralização e transferência de recursos no âmbito do Decreto-Lei N.º 57/2019, de 30 de abril, o qual concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias¹;
- Nota Informativa da DGAL sobre a transferência de competências dos municípios para as freguesias²;
- Ofício-circular da DGAL sobre elaboração e aprovação dos documentos previsionais das entidades públicas autárquicas para o ano de 2020³;
- Nota Informativa sobre as Transferências Provenientes do Orçamento do Estado - Contabilização da Participação dos municípios na receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado⁴.

Por outro lado, cientes da importância do constante aperfeiçoamento profissional dos agentes ao serviço da administração local, a CCDR Alentejo e as Comunidades Intermunicipais (CIM) são, por natureza, parceiras privilegiadas para a difusão de informação técnica pertinente à gestão autárquica.

Agindo de acordo com esta lógica, muito recentemente, numa parceria entre a CCDR Alentejo e a CIM do Alentejo Central, foi levada a cabo a ação de esclarecimento **Questões Frequentes - Trabalho em Funções Públicas**, que contou com a participação de profissionais da área dos recursos humanos de Municípios do Alentejo Central e da própria CIMAC.

Nesta sessão foram abordados temas recorrentemente questionados na atualidade:

- Regras aplicáveis a procedimentos concursais;
- Alterações de posicionamento remuneratório;
- Reconstituição da carreira de trabalhadores integrados no Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública;
- Carreiras não revistas: forma de recrutamento e mudança de posicionamento remuneratório;
- Mobilidade intercarreiras: posicionamento remuneratório e relevância da avaliação de desempenho;
- Regime de faltas por falecimento de familiar.

Tomando por base pareceres jurídicos emitidos pela CCDR Alentejo no corrente ano⁵, disponibilizados no seu site, tendo em consideração, sempre que possível, quer entendimentos harmonizados decorrentes de reuniões de coordenação jurídica, quer interpretações preconizadas por organismos de referência no âmbito do emprego público, e salvaguardando o respeito pelo princípio da autonomia local, a sessão foi participada com particular interesse e de forma tecnicamente qualificada.

¹ Acedível através do link <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/dos-municipios-para-as-freguesias/>

2 Acedível através do link <http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/destaques/comunicacao-dos-recursos-financeiros-a-transferir-prevista-no-dl-n---57-2019-de-30-de-abril-no-ambito-da-transferencia-de-competencias-dos-municipios-para-as-freguesias/>

3 Acedível através do link <http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/snc-ap/>

4 Acedível através do link https://www.ccdr-a.gov.pt/transferencias/Nota_Explicativa_Contabilizacao_IVA_OE2020_VF_CNC.pdf

5 Pareceres números 9/2019 (Mobilidade intercarreiras. Posicionamento remuneratório); 16/2019 (Alteração de posicionamento remuneratório. Opção gestonária); 34/2019 (Especialista de informática. Mobilidade intercarreiras. Procedimento concursal); 42/2019 (PREVPAP. Reconstituição de carreiras); 47/2019 (Alteração de posicionamento remuneratório. Opção gestonária); 68/2019 (PREVPAP. Reconstituição da carreira); 70/2019 (Descongelamento de Carreiras); 73/2019 (Promoção nas carreiras. Pessoal de Informática); 78-2019 (Procedimento concursal. Prioridade no recrutamento) e 80/2019 (Faltas por falecimento de familiares), acedíveis através do link <https://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/al/pareceres-juridicos>.

Artigo da responsabilidade de Gertrudes Castelo, chefe de divisão - Direção de Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), CCDR Alentejo.



Fotos: CIMAC



O REI DA COZINHA NA ÉPOCA DO ESTIO O Tomate *Lycopersicon esculentum* Miller

Família das Solanáceas

Muitos de nós podemos ser levados a pensar que pratos tipicamente de origem alentejana, tenham as suas origens na época árabe ou mesmo Romana dado que esses povos ocuparam o território durante muitos anos. De facto, foram povos que encheram de influência a nossa gastronomia. A nossa açorda transporta-nos para essas ascendências. Mas, nem tudo tem essas raízes, e tal como o resto do que se passa no mundo, surgiram novidades e aditamentos ao nosso talento de cozinhar.

A gastronomia é uma arte evolutiva, onde o respeito pelo passado deve ser preservado. Foram sendo introduzidos novos produtos ao longo da história à qual as viagens dos nossos navegadores quinhentistas não só não são alheias como são mesmo responsáveis. Ninguém ignora que o uso de especiarias se deveu ao nosso atrevimento em rasgar os mares e descobrir outras civilizações, outros espaços, outros climas e, por conseguinte, outras plantas. A descoberta do caminho marítimo para a Índia, realizada sob o comando do navegador português Vasco da Gama durante o reinado do rei D. Manuel I, entre 1497-1498 trouxe enormes contributos para uma alteração de sabores e cheiros ao que se comia na Europa nessa época. Os efeitos foram inúmeros e, inclusivamente, o uso de algumas especiarias podiam até constituir-se como atributos de grau na hierarquia social. O uso de maior ou menor quantidade de canela num prato, por exemplo, poderia ser revelador de maior ou menor riqueza, e chegou mesmo a ser usado como símbolo de ostentação.

Segundo Isabel Maria Fernandes no seu trabalho *"Alimentos e Alimentação no Portugal Quinhentista"*, realizado em 2004, as hortaliças e os legumes tinham referência na dieta alimentar do português quinhentista, contudo no texto não encontrei qualquer referência ao tomate, facto que, ajuda na compreensão da ideia de que este elemento, hoje tão importante no nosso sustento, apenas tenha chegado às nossas cozinhas no séc. XIX. Podemos, pois, questionar-nos sobre o porquê de tal facto já que se trata de um fruto tão saboroso, tão colorido e tão versátil, pois o seu uso vai dos paladares salgados ao doce e constitui-se como elemento carismático na dieta mediterrânica.

Carlos Azcoytia, estudioso da temática, escreveu em 2012 que o tomate é oriundo do continente Americano e terá sido encontrado pelos navegadores ao chegar a estes territórios no século XVI, existindo até aos dias de hoje dúvidas e algumas rivalidades, pois os Chilenos atribuem a origem do tomate ao seu território mas, os Mexicanos e os Peruanos alegam os respetivos territórios como local primeiro para o surgimento selvagem deste fruto. Chegou à Europa vindo do Novo Mundo, através dos navegadores espanhóis e portugueses. O autor defende no seu



trabalho a origem andina deste vegetal, e refere *“Una de la primera noticia documentada sobre la existencia del tomate la tenemos, como no, de las crónicas de los españoles, en concreto de Bernal Díaz del Castillo el el que contaba como en el año 1538 fue apresado por unos indios en Guatemala y se lo querían comer, a él y a sus hombres, en una cazuela aderezada con sal, ají y tomates. También este mismo conquistador cuenta sobre las antropofagias rituales de los aztecas en México preparando los brazos y piernas de sus vencidos con una salsa de chimole hecha de pimientos, tomates, cebollas silvestres y sal”*. Durante muito tempo este fruto foi ignorado pelos invasores e na Europa era apenas acreditado como planta ornamental, não sendo consumido dado que era considerado como sendo venenoso. Durante o sec. XVII e XVIII não surgem praticamente referências a esta cultura nem ao uso deste fruto como alimento, sendo que o primeiro livro que tem referência e que contém receitas de cozinha em que intervém o tomate data de 1692 publicado em Nápoles. Tomando Carlos Azcoytia, existem dois livros de culinária, publicados quase ao mesmo tempo, os quais falam de tomate. O primeiro deles é devido a Juan de la Mata, chefe de pastelaria da corte espanhola que em 1747 descreve no seu livro *“Artes da pastelaria contendo todos os tipos de doces secos e líquidos, biscoitos, nogado, creme, bebidas geladas e de todos os gêneros, etc, com uma boa introdução para conhecer os frutos e servi-los crus”*, uma receita muito próxima ao que hoje é conhecido como salada de tomate, que diz: *“Después de asados tres o cuatro tomates, y limpios de su pellejito, se picarán encima de una mesa lo más menudo que se pueda, puestos en su salsera se les añadirá un poco de perejil, cebolla y ajo, asimismo picado, con un poco de sal, pimienta, aceite y vinagre, que todo bien mezclado, e incorporado, se podrá servir”*. Outro livro que fala sobre o tomate foi escrito em 1758 pelo frade e cozinheiro do convento de San Diego, em Aragão, chamado Juan de Altamiras e intitulado *“Nuevo arte de cocina, sacado de la Escuela de la Experiencia Económica”*, que nos encanta com uma receita, a primeira, como fazer um abadejo (peixe da família do bacalhau) com tomate, que quase nada mudou ao longo do tempo na sua preparação e, que foi descrito da seguinte forma: *“Cortarás las raciones, lávalas bien, luego las cocerás, espumándolas, ponlas a escurrir en una tabla, freirás cebolla y tomates con abundancia, compondrás las raciones en una vasija ancha, cubre la primera superficie de ella con las raciones, sobre la que echarás la cebolla, y tomate, perejil, y pimienta, ajos machacados; y de esta suerte irás prosiguiendo con las otras raciones, que de nuevo echarás, hasta llenar la vasija: echarás un poco de agua, cuanto baste a bañarlas, que den un par de hervores, lo sazonarás de sal: este no necesita de otra especia, por cuanto suple el tomate. Es así muy gustoso”*.

No sec. XIX, 1813, há um livro intitulado *“Tratado de la Huerta”*, cujo autor foi Claudio Boutelou que nos dá pistas inestimáveis, não só do tipo de tomate plantado na Espanha, mas também do seu desenvolvimento e consumo na Europa no início do século XIX.

A chegada do tomate a Espanha poderá ser assinalada pela presença deste fruto numa lista de compras do Hospital de La Sangre de Sevilha em 1608, não se sabendo se terá sido utilizado como curativo ou alimento dos enfermos.

Em Ingraterra, a primeira vez que este alimento aparece referido num livro de receitas foi em 1758, mas mais como uma receita exótica do que como uma nova maneira de cozinhar, *“A arte de cozinhar”*, escrito por Hannah Glasse através de uma receita intitulada *“Como cozinhar abadejos à espanhola”* (Carlos Azcoytia, 2012).

O mesmo autor menciona que a Revolução Francesa de 1789, com toda a sua crueldade, tornou o tomate como um produto “quase” na moda por causa de sua cor, por ser vermelho como o sangue, tornando populares as receitas de saladas ou frituras de tomate, já famosas nas regiões do sul do país, sendo consumidas essencialmente pelo povo, tornando-se um distintivo da condição social, pois a nobreza considerava-o como um alimento ignóbil e prejudicial.

A primeira empresa a vender sementes de tomate nos Estados Unidos foi a Landreth Seed Company em 1784, mas a divulgação do consumo do tomate nos EUA surgiu como consequência da Guerra da Secessão, a Guerra Civil (1861-1865), onde a maioria dos combatentes eram jovens da zona rural que até aí não tinham provado esta fruta e nas suas funções comiam-na enlatada. Depois da guerra eles levaram o gosto pelo tomate para as suas terras onde foi popularizado e assim nasceu o gosto para as receitas de sopas de tomate, saladas e molhos.

Quando eu vivia no monte, no Alentejo, a 30Km de Évora, há mais de 50 anos, havia na época do estio, uma boa horta com muita água que se tirava com uma cegonha e mais tarde por um motor a gasóleo e, onde o tomate era rei. E o meu pai não o considerava como fruta, mas sim como vegetal e foi nesta categoria que lá em casa sempre

se tratou o tomate. Sei agora que esta questão inclusive nos meios académicos, não se encontra ainda consensualizada.

Mas, volto à horta para relembrar os sumos de tomate maduro que a minha mãe fazia para nos dar ao almoço. Não apreciavam refrigerantes lá em casa. Aos lanches surgiam diversas compotas, entre elas a de tomate (aqui já era tratado como fruto) e resultava sempre de algum aproveitamento do tomate mais maduro.

O tomate meio verde apanhava-se para fazer a salada na cozinha, mas por lá já se encontrava um alguidar de barro do Redondo, cheio de bom tomate, muito vermelho, para uma benévola tomataada com chouriço e toucinho frito ou noutros dias, carapauzinhos fritos com arroz de tomate. Se estava a minha avó, aparecia sempre um gaspacho com tomate muito cortadinho que eu e a minha irmã apreciávamos com muito vinagre.

Mas também se faziam os molhos para regar a carne picada ou uma torta de batata, coisa muito apreciada por todos por aquelas bandas. Eu, preferia o tomate recheado com carne. Isto para não falar das migas de tomate que eram de comer e chorar por mais. No adiantado da época, fazia-se o tomate soleado ou tomate seco ao sol. Esta era uma boa forma de guardar o tomate para o outono e inverno que se aproximavam.

Não havia no Alentejo horta que não tivesse tomate e como refere Josef Pla citado por Jorge Queiroz no seu livro *Dieta Mediterrânica*, *“A cozinha é a paisagem posta na panela”*.

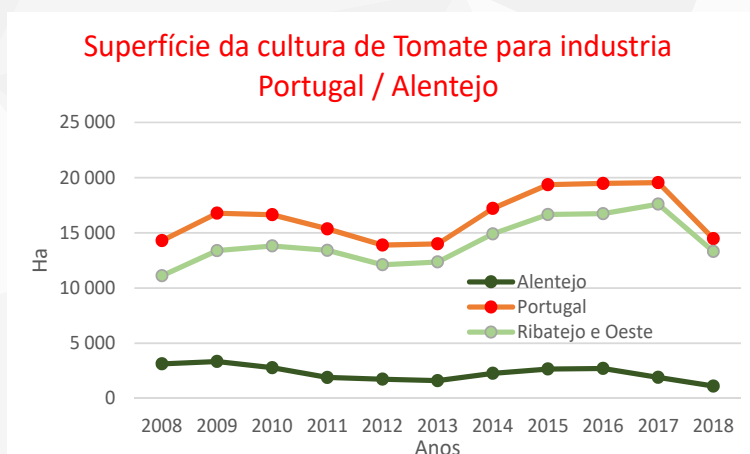
No século XVIII e XIX, destas ou de outras formas, o tomate foi entrando na casa de cada um, ao ponto de ser um produto que hoje, nenhuma cozinha rejeita, sobretudo, as de locais longínquos como as da América Latina ou as mais próximas, as da Europa, com os Italianos a serem porventura o povo que inicialmente mais laborou o tomate. Maria de Lurdes Modesto, no seu livro *“Cozinhar com Vegetais”*, no capítulo dedicado ao tomate, diz-nos terem sido os Italianos os que mais cedo dele tiraram proveito acrescentando que foram eles quem mais trabalhou para obter inúmeras variedades e exemplifica com o tão conhecido tomate Roma ou tomate chucha (denominação atribuída devido à sua conformação).

O tomate é, pois, um fruto muito suculento, tem cor vermelha ou verde se não está maduro, mais ou menos ácido, de diferentes tamanhos e com diversas aptidões que vão do seu uso em fresco ao transformado; em massa de tomate, tomate pelado, polpa de tomate, tomate soleado, molho de tomate ou mesmo o famoso *Ketchup*.

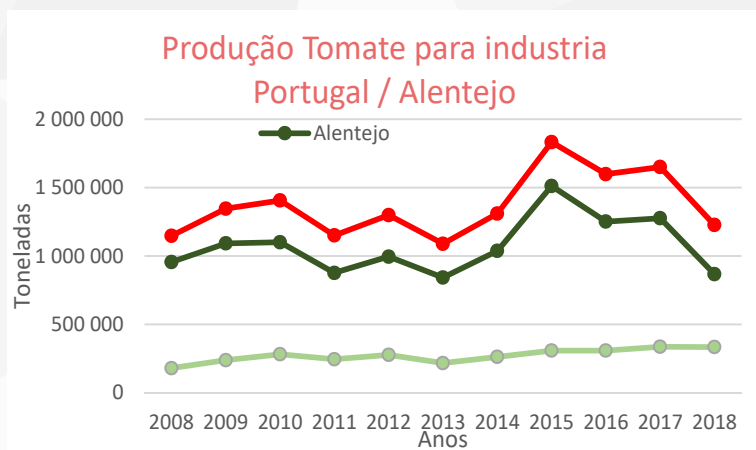
Fortunato da Câmara, no livro *“Viver Portugal com o Mediterrâneo à Mesa”*, menciona a seguinte elocução relativa ao tomate: *“Ricos ventos soprados do Novo Mundo refrescaram a cozinha portuguesa e cuja influência no sul do país lhe enriqueceu a sua personalidade de inspiração mediterrânica”*.

Eu, se me faltasse o tomate, não saberia o que cozinhar no Verão!

Portugal é essencialmente um país exportador, no que toca à produção de tomate. Cerca de 95% da produção, segundo o Observatório do Tomate, destina-se a países como os EUA e outros. O ano de 2015 manifestou uma das maiores produções nacionais da última década, com 19 000 ha cultivados, com uma produção atingindo valores de exportação de tomate transformado, de cerca de 260 M€.

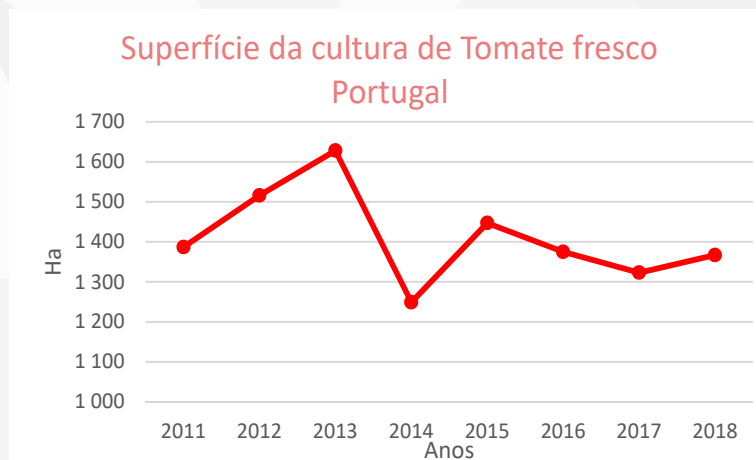


Trata-se de uma cultura de grande adaptação às condições edáfo-climáticas do nosso país, nomeadamente do Alentejo onde a disponibilidade para culturas regadas é hoje uma realidade concreta face a décadas passadas. Trata-se igualmente de uma cultura onde a inovação tecnológica se tem feito sentir com veemência, quer relativamente às variedades quer aos modelos de produção, quer ainda no que respeita à transformação para consumo alimentar, com novas formas de apresentação, tratando-se de um produto de qualidade elevada.



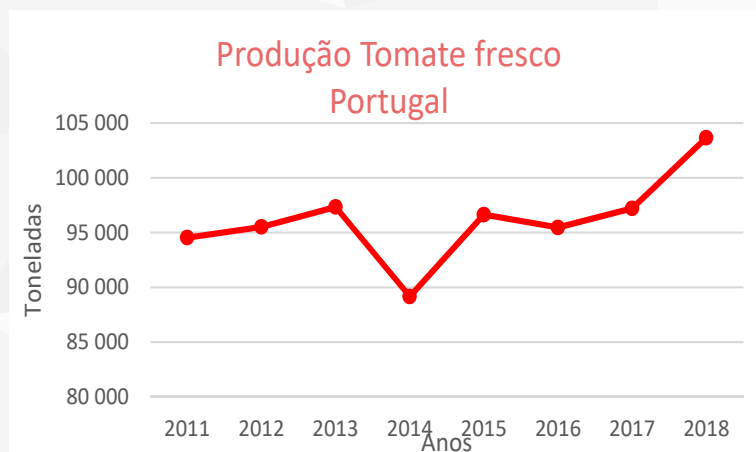
INE, Estatísticas da produção vegetal

Práticas de uso de tecnologia inteligente como sejam, a monitorização de água no solo através de sondas que comunicam a um sistema de rega, o nivelamento das terras através de sistema laser na preparação para a cultura ou mesmo o uso de drones para acompanhamento da evolução do estado sanitário da cultura e ainda a mecanização no trabalho da apanha através de máquinas baseadas no uso de células que identificam o grau de maturidade do fruto, são bem o exemplo disso.



INE, Estatísticas da produção vegetal

O acréscimo verificado nos últimos anos, na produtividade desta cultura, deve-se sobretudo a uma maior eficiência na utilização dos recursos, ao aumento do nível de formação dos produtores e às técnicas inovadoras utilizadas nos modelos agrícolas. Este facto pode ser constatado observando o valor de produção verificado a partir de 2016 (cerca de 95 000 t de tomate fresco) acompanhado por uma quebra da superfície ocupada, para o mesmo período.



INE, Estatísticas da produção vegetal

O bom posicionamento de Portugal, no que respeita a produtividades e sobretudo qualidade do produto no contexto mundial (ocupa o terceiro lugar como maior produtor da Europa e oitavo no mundo) são um fator de elevada importância no contexto da economia nacional e revela o importante interesse desta cultura na nossa balança comercial na temática agroalimentar.

Artigo da responsabilidade de Jesuína Rosalino, técnica superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

Ilustrações de Arqt.º João Carlos Rosalino Venâncio

Évora, 28 de novembro de 2019

Bibliografia

AZCOYTIA, Carlos, *Historia de la cocina, los alimentos, gastrónomos y restaurantes* <https://www.historiacocina.com/es/historia-del-tomate>, 2012.

CÂMARA, Fortunato da, *Viver Portugal com o Mediterrâneo à Mesa*, Lisboa, Clube do Colecionador dos Correios, 2015.

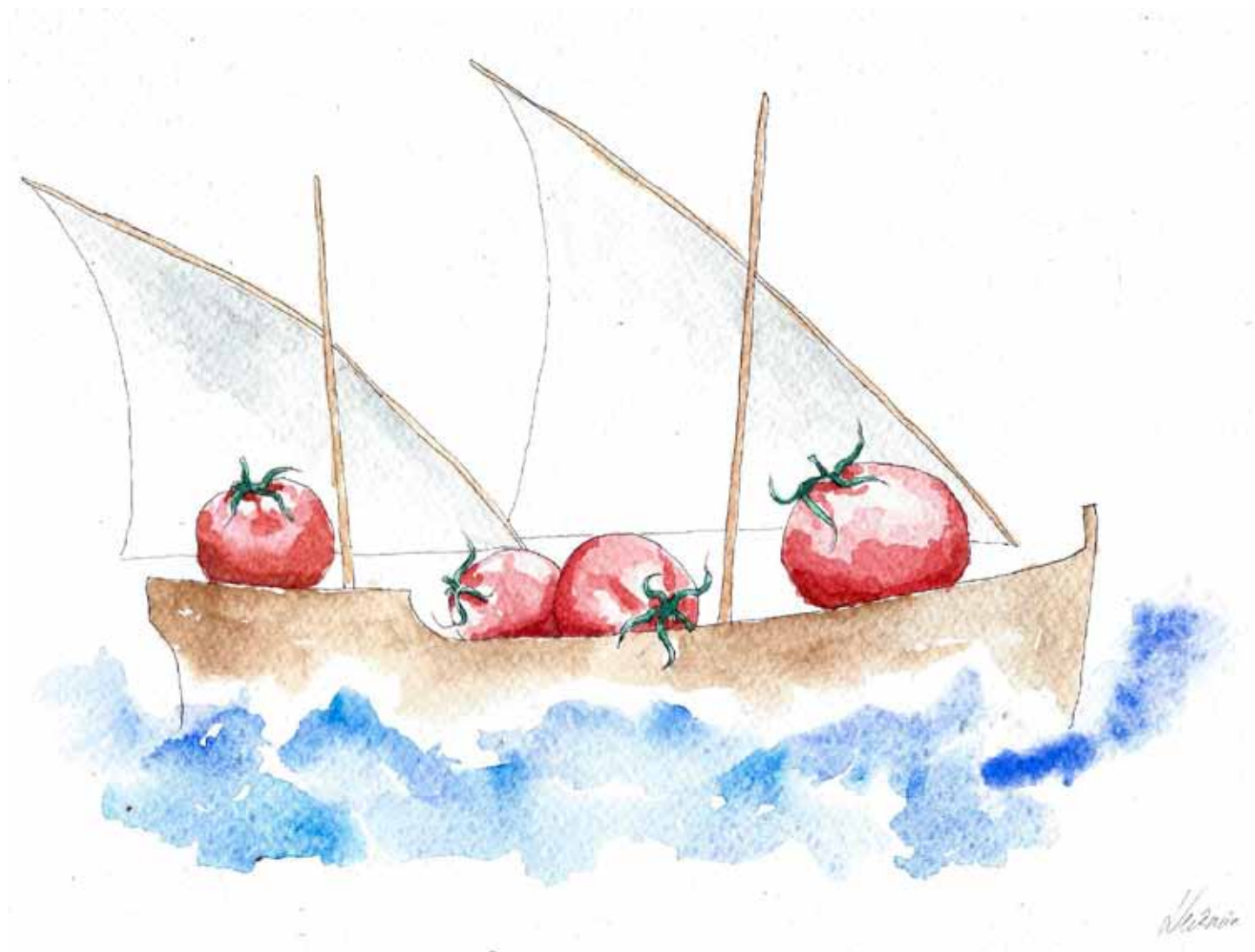
FERNANDES, Isabel Maria, *Alimentos e Alimentação no Portugal Quinhentista*, Guimarães, 2004.

INE, Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas Agrícolas e Estatísticas da produção vegetal*, Lisboa 2008-2018.

MODESTO, Maria de Lurdes, *Cozinhar com Vegetais*, Lisboa, Editorial Verbo, 2008.

QUEIROZ, Jorge, *Dieta Mediterrânica-Uma herança milenar para a humanidade*, Lisboa, althum.com, 2014.

VALAGÃO, Maria Manuel, *Tradição e Inovação Alimentar- Dos recursos silvestres aos itinerários turísticos*, Lisboa, Edições colibri, 2008.



O Alentejo no contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região

Situação a 30 de setembro de 2019

O Portugal 2020 reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER e FEAMP - que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover em Portugal, entre 2014 e 2020.

Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais Temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020.

Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial referente a 30 de Setembro de 2019, e a informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020.

Síntese Trimestral

Em termos de evolução pode constatar-se que, durante o último trimestre, houve crescimento, quer ao nível das operações aprovadas, quer ao nível do investimento elegível, bem como ao nível dos fundos europeus comprometidos.

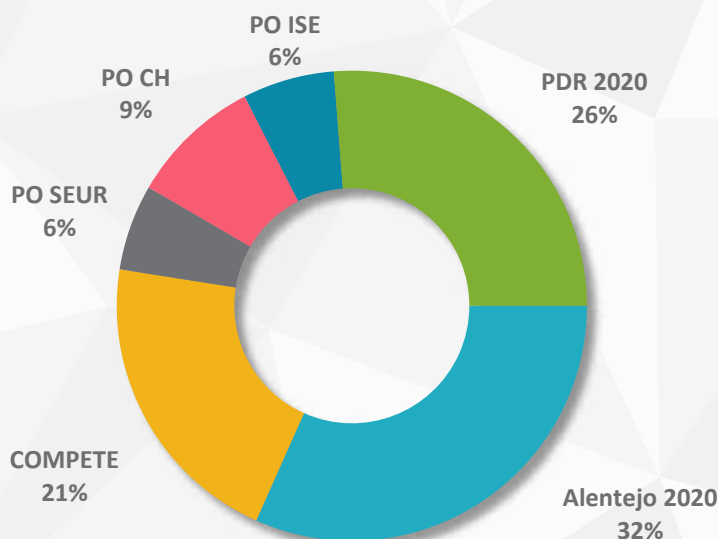
Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

	Acréscimo Relativo	
	Trimestre Anterior	Ano Anterior
Nº Operações	7,7%	40,4%
Investimento Elegível	9,0%	29,4%
Fundo Europeu	7,4%	26,6%

Situação idêntica ocorreu ao longo do último ano (set. 2019 - set. 2018), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

Gráfico 1 - O Investimento por Programa Operacional no Alentejo

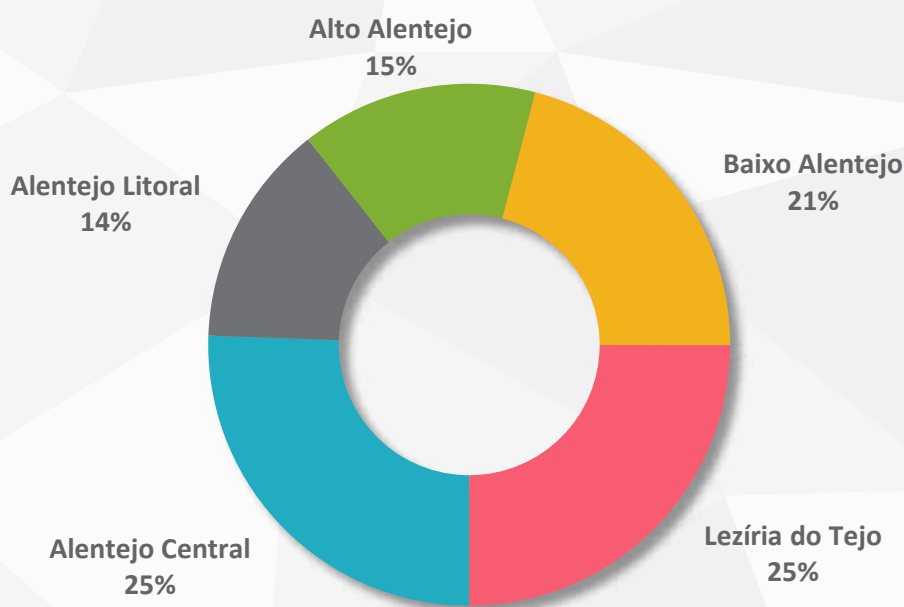
Investimento Elegível (setembro 2019)



Conforme se pode constatar, a maior parte do investimento regional é realizado ao abrigo das candidaturas ao Alentejo 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020, os três programas são responsáveis por 79% de todo o investimento elegível candidatado ao abrigo dos fundos europeus.

Gráfico 2 – O Investimento no Alentejo por NUTS III

Investimento Elegível (setembro 2019)

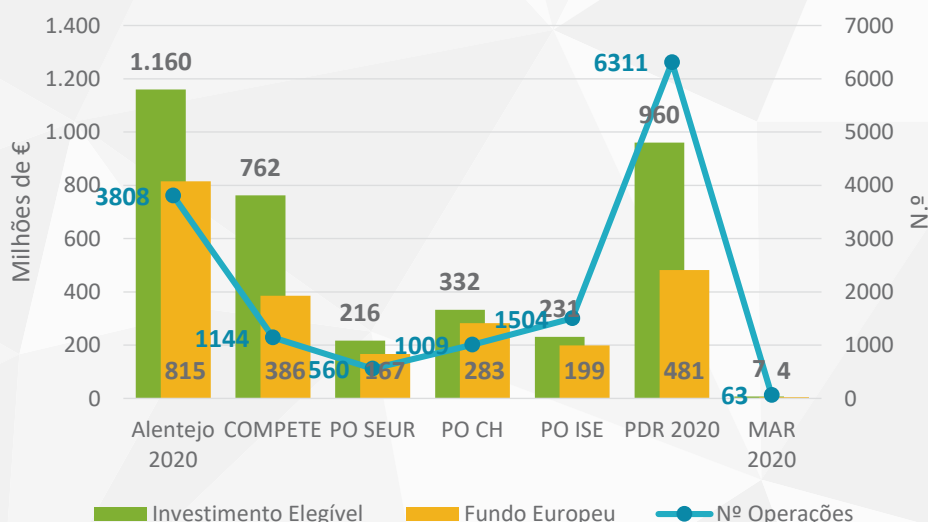


O maior volume de investimento elegível encontra-se no Alentejo Central, seguido de perto pela Lezíria do Tejo, estas duas NUTS III concentram 50% do investimento elegível aprovado para a região.

Operações aprovadas por programa operacional

À data de realização desta análise, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.

Gráfico 3 – Os Programas Operacionais no Alentejo



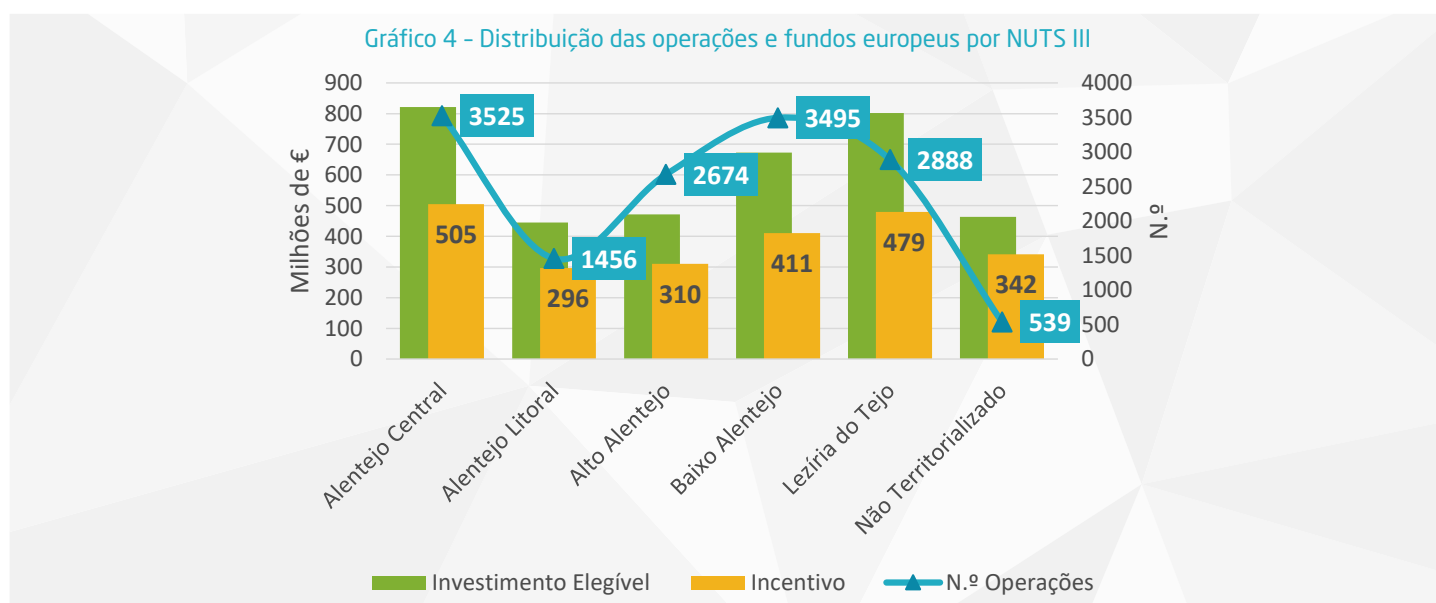
O PDR 2020 pela sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar, apesar de ter vindo a perder influência, é o que tem mais operações aprovadas, 44% do total.

O Alentejo 2020 apresenta o maior volume de investimento elegível, com 1.160 milhões de euros e é o programa que mais fundos europeus mobiliza, 815 milhões de euros, (35%).

O COMPETE 2020 apresenta o maior valor médio de investimento por projeto, mais de 666 mil euros/projeto.

Refira-se que, com a evolução do atual período de programação, se está a notar uma diminuição do peso do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO, designadamente o Alentejo 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva, ainda que de forma algo simplista, do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 4, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 24%) ocorre simultaneamente nas NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo, sendo que a primeira é a mais representativa no que respeita a investimento elegível e fundo europeu aprovado para apoiar as operações em curso, com percentagens de 22% em ambos os casos. Em termos de relevância, a Lezíria do Tejo assume também destaque, pois representa cerca de 22% do investimento elegível e 20% fundo europeu aprovado.



Da observação do gráfico faz sentido fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes, com particular destaque para o FSE, que representa cerca de 53% das operações não territorializadas, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário, que dificultam muito a sua afetação territorial, contudo este registo tem vindo a ser progressivamente menor.

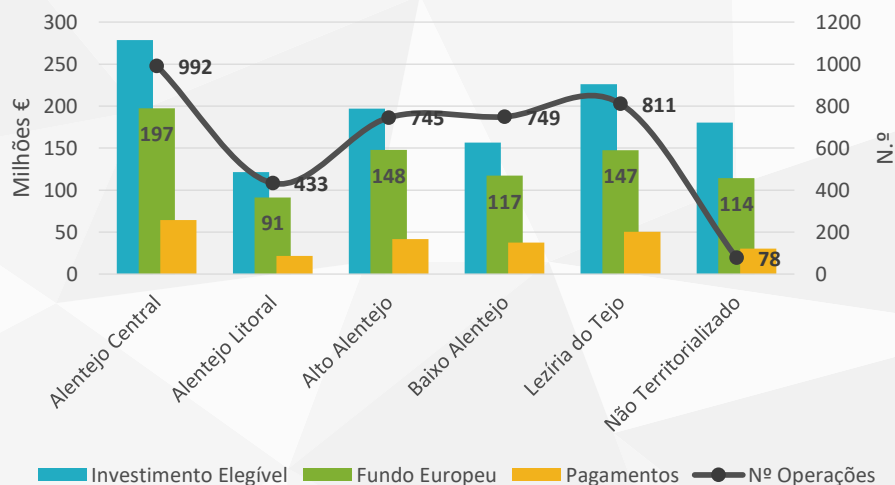
O FEDER representa 40% das operações e do fundo europeu não territorializado mas, neste caso, em função de haver um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.

Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020

Este Programa é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 78% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 92% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados.

De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma informação que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 7%.

Gráfico 5 - O Alentejo 2020 por NUTSIII



A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo do Alentejo 2020 evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca, por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (24% do total). Também se observa um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que, no seu conjunto, representam cerca de 14% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste Programa e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de Intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana, com cofinanciamento FEDER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar, com cofinanciamento do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

No sentido de se fazer alguma avaliação aos impactos do Alentejo 2020 na região, calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva do que se está a passar relativamente ao peso dos fundos europeus na região. Desta forma, constata-se que o Alto Alentejo apresenta o maior volume de investimento *per capita*, e detém o maior volume de fundos europeus aprovados *per capita* (1382 €/hab.) neste Programa Operacional.

No que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central do que nas restantes NUTS III, nas quais se aproxima ou supera os 75%.

Gráfico 6 - Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII

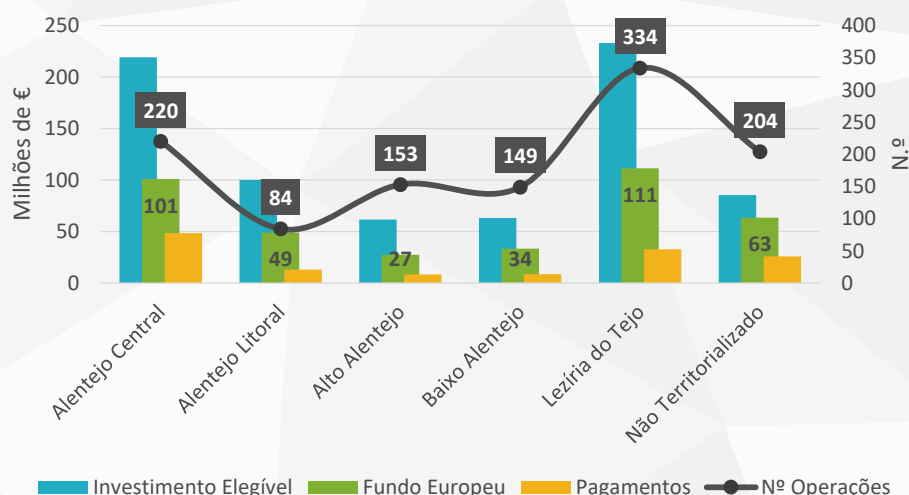


Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

O COMPETE também é suportado por três fundos estruturais, o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos, e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Nesta altura, o FEDER é o fundo mais representativo atingindo valores que variam entre os 61% do número de operações e os 88% do investimento elegível, 81% do fundo aprovado para as apoiar e 92% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

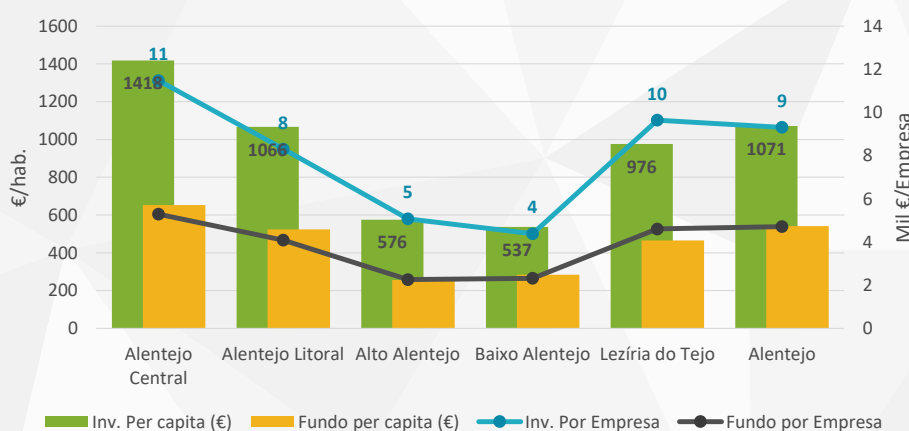
Gráfico 7 - O COMPETE 2020 por NUTSIII



No diz respeito à distribuição territorial, constata-se que este PO temático incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo, que detêm 26% e 29%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações, indiciando que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial.

Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (18% do total), que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.

Gráfico 8 - Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



Relativamente aos indicadores de densidade verifica-se que o Alentejo Central é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nesta NUTS III. De referir ainda que, no Alentejo Central, apenas 46% do investimento elegível é suportado pelos fundos europeus, quando a média regional deste indicador se situa nos 51%.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

O PO SEUR está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. Em termos de distribuição territorial, foge um pouco às distribuições anteriores pois assume a sua maior expressão na NUTS III Baixo Alentejo, com 29% do investimento elegível e 32% do apoio aprovado; em segundo plano, destacam-se o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo com 21% e 25% do investimento elegível e 23% e 22% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 55% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na Tipologia Eficiência Energética nas Habitações, a qual representa 57% do investimento elegível e 44% do fundo europeu não territorializado neste Programa Operacional.

Gráfico 9 - O PO SEUR por NUTS III

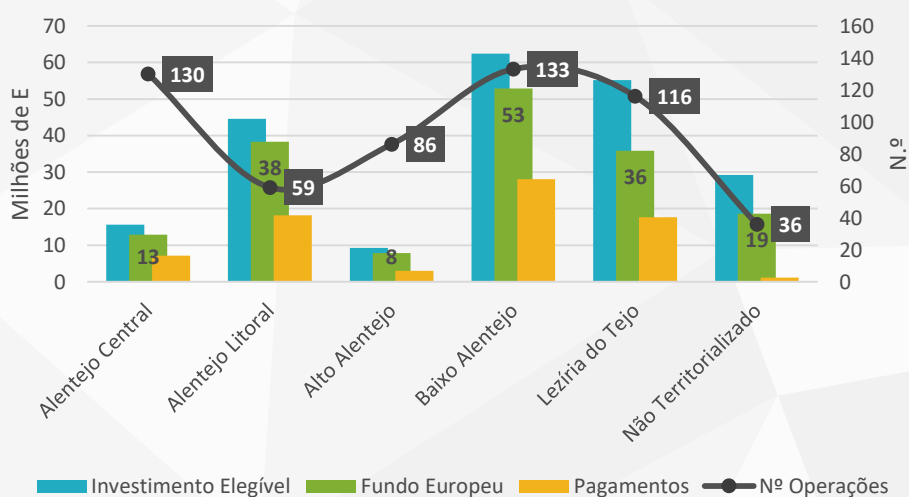
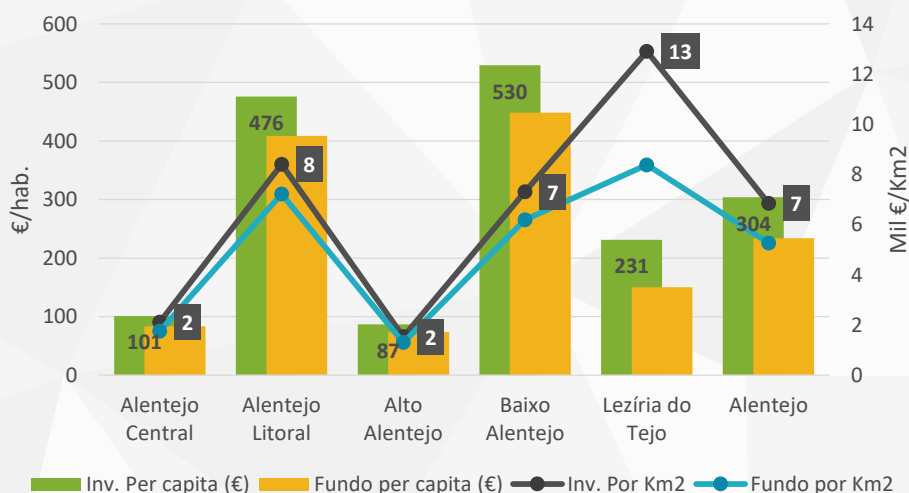


Gráfico 10 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII



No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são os que apresentam valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante destas NUTS III. Já relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III.

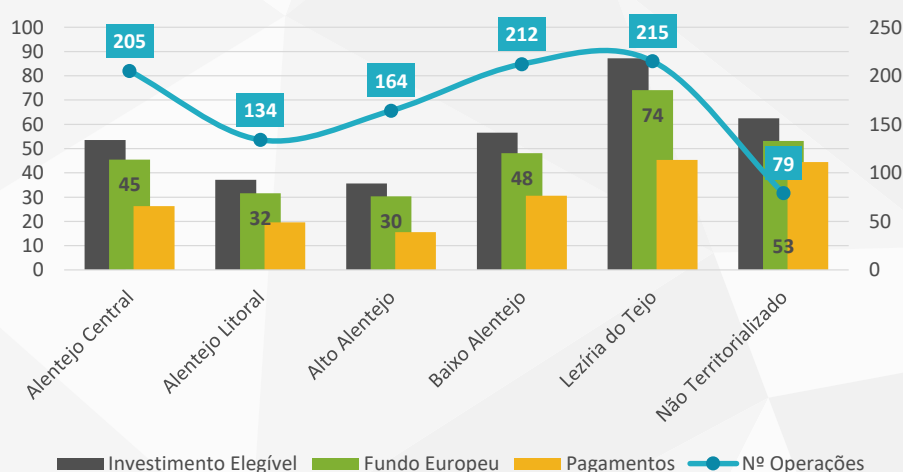
De salientar que em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos Fundos Europeus é superior a 85%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 77%.

Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este programa, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois apresenta maior número de operações aprovadas (21%), de investimento elegível (26%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (26%).

Merece destaque também o número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (8%) que, contudo, concentram 19% do investimento elegível e do incentivo concedido, e estão muito ligadas à génese deste PO que, por vezes, tem dificuldade em associar as operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino Superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação Avançada.

Gráfico 11 - O PO CH por NUTS III

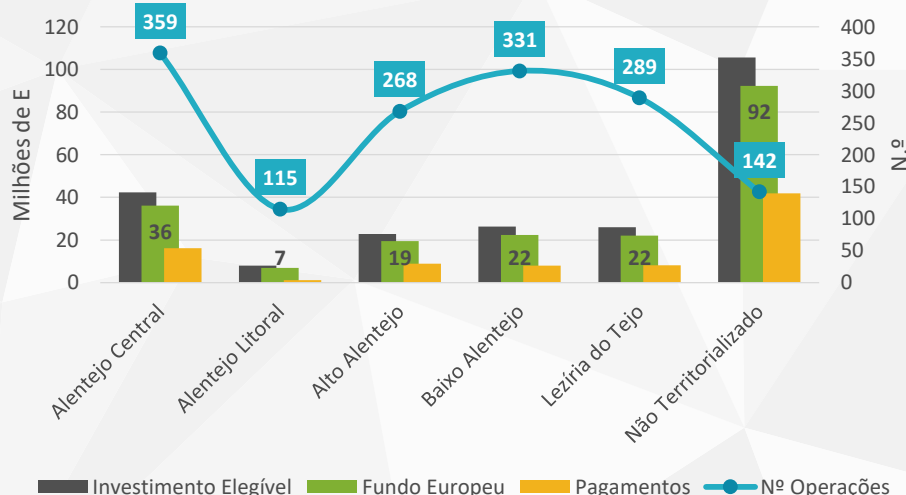


Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no gráfico 13.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

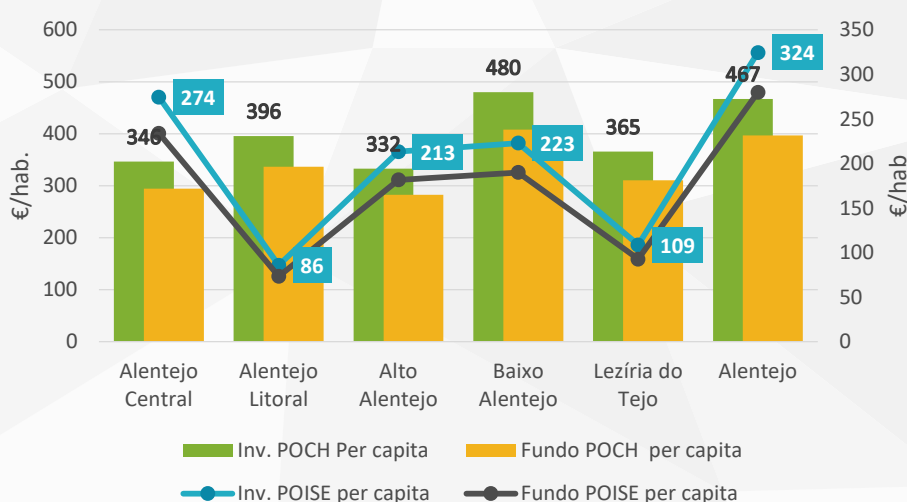
Este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este programa, constata-se que não há nenhuma NUTS III com maior destaque que as restantes, todas apresentam valores baixos. Neste PO, as operações não territorializadas, constituem a exceção, e assumem predominância com 9% das operações contratadas, bem como o investimento com 46% elegível aprovado e 47% do fundo europeu aprovado para as financiar.

Gráfico 12 - O PO ISE por NUTS III



Esta situação evidencia-se devido às tipologias de intervenção que compõem este PO que podem revelar dificuldade em estabelecer a sua ligação ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.

Gráfico 13 - Indicadores de densidade no POCH e no POISE por NUTSIII



No que concerne aos indicadores de densidade, no caso do POCH e POISE, uma vez que se tratam de Programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores *per capita*. Em ambos os casos, observa-se que os valores obtidos para a Região são significativamente superiores aos valores das NUTS III. Esta situação deve-se ao facto de existirem em ambos os PO um conjunto muito alargado de operações não territorializadas. Ainda assim, e no caso do POCH, assume algum destaque o Baixo Alentejo, a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional.

No caso do POCH estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento na região superior a 467 euros por habitante, enquanto no que respeita ao POISE esse valor ascende a cerca de 325 euros/habitante.

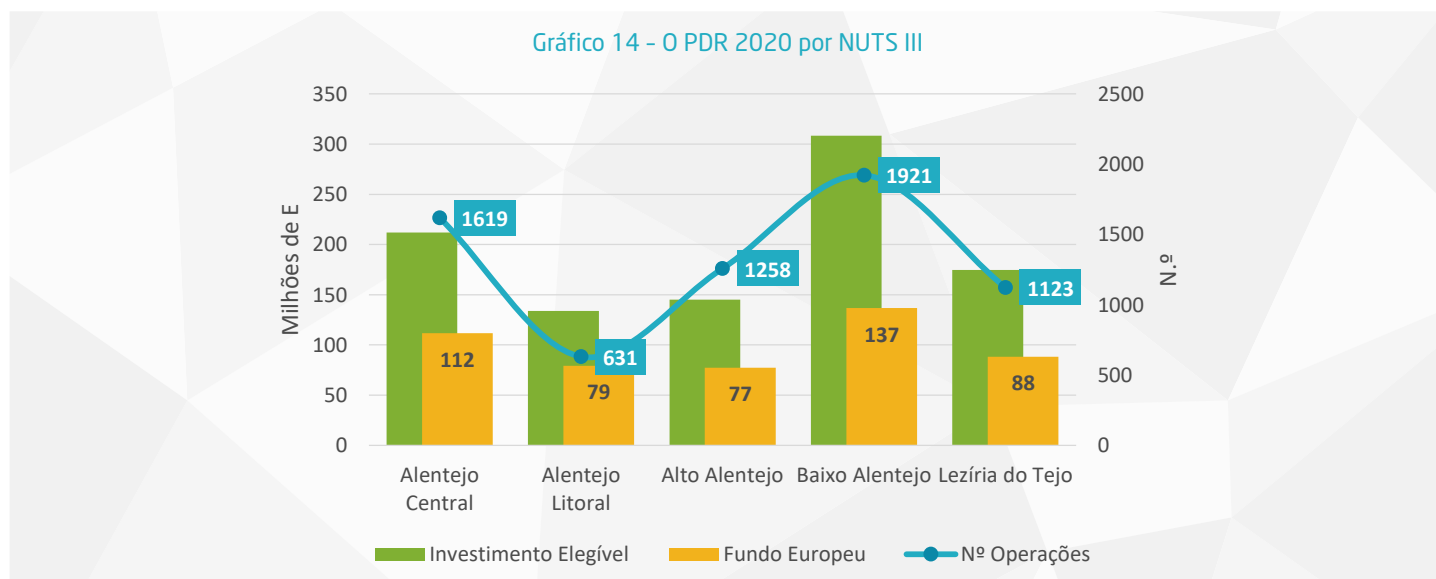


Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

O PDR 2020 é financiado unicamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, uma vez que foi o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido.

Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação do fundo europeu referente a este PO, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 16% no Alto Alentejo e os 28% no Baixo Alentejo.

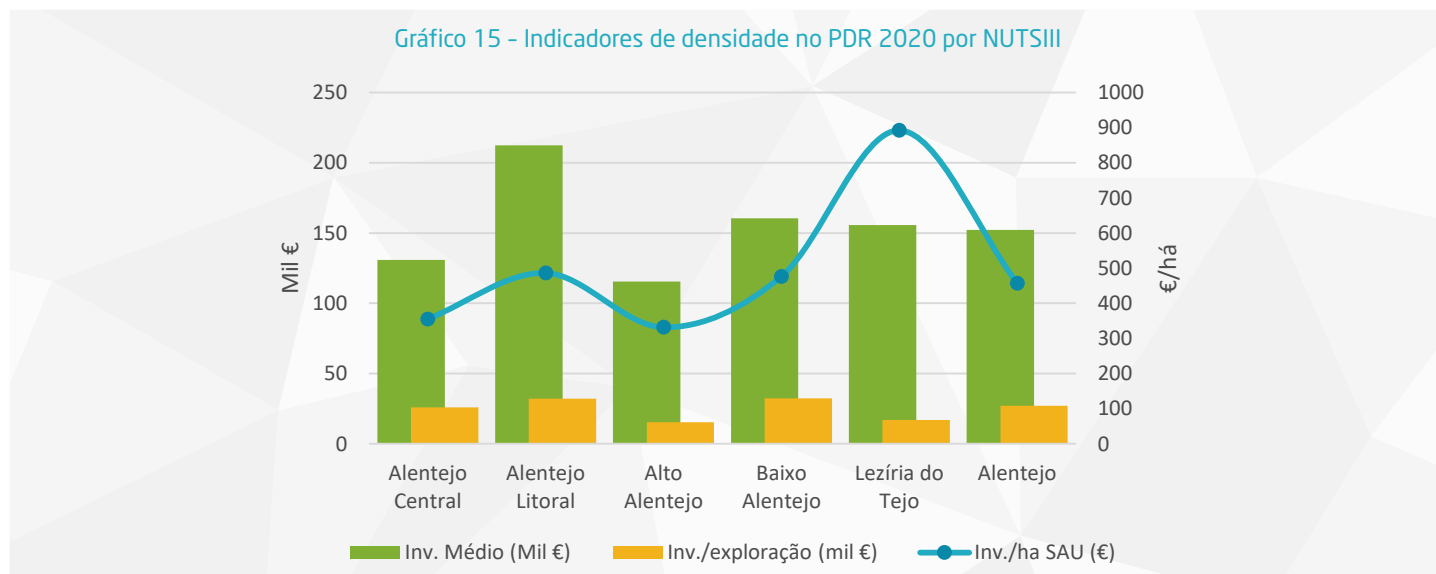
Esta NUTS III do Baixo Alentejo destaca-se um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (30%) e o maior volume de investimento elegível (32%).



Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (superior a 212 mil euros) e maior volume de investimento por exploração (32,1 mil euros), indiciando uma mobilização muito grande de investimento para esta sub-região.

Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresenta maior volume de investimento por unidade de área, superior a 892 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.



ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



Ficha de Projeto

Projeto:

Requalificação do Mercado Municipal

Beneficiário:

Município de Aljustrel

Concelho (Localização Física da Operação):

Aljustrel

Investimento Elegível Aprovado:

€ 157.940.01

FEDER Aprovado:

€ 134.249.01

Descrição:

A operação consiste na requalificação urbanística do Mercado Municipal de Aljustrel, potenciando assim a sua centralidade no contexto urbano e a concretização de intervenções de reabilitação do edificado envolvente, de forma a criar melhores condições de serventia para a população e comerciantes. A configuração do edifício existente, com vãos de acesso de grandes dimensões, localizados em todos os quadrantes desta construção, propicia uma exagerada circulação de ar, que se traduz em desconforto para os seus utilizadores. Desta forma, a proposta apresentada assenta fundamentalmente na procura de uma melhoria das condições gerais de conforto térmico do edifício. Assim, prevê-se a colocação de vãos de abrir em vidro, nas quatro principais portas de entrada. O percurso entre o Mercado Municipal e o Mercado do Peixe é feito atualmente pelo acesso localizado a oeste, sendo necessário proceder ao atravessamento descoberto entre os dois, pelo que se pretende a aplicação de uma estrutura metálica autoportante em vidro laminado que garanta o seu acesso coberto. A adição deste novo elemento irá acrescer 49,00m² à área coberta existente. As alterações apresentadas visam ainda a atribuição de uma nova dinâmica ao espaço, de caráter lúdico e permitindo a utilização do mesmo em períodos de funcionamento distintos. Para que tal pretensão possa ter viabilidade é necessário solucionar a problemática das bancas interiores que não possuem atualmente qualquer possibilidade de fecho ou compartimentação relativamente ao espaço pedonal envolvente. Para tal está prevista a colocação de uma estrutura metálica para fixação de vidro e grades metálicas microperfuradas, garantindo assim o fecho das bancas após o período de funcionamento convencional das mesmas. As portas interiores de madeira, que dão acesso aos compartimentos individualizados das lojas serão também substituídas por vão com 2 folhas em vidro temperado e perfis de fixação em aço inox. A proposta assenta ainda na alteração de fachada do alçado localizado a norte, redefinindo a forma de dois dos vãos existentes, de forma a possibilitar o acesso direto entre os compartimentos afetos e a praça existente nas imediações. Será ainda prevista a substituição de uma aérea de canteiro por calçada de vidro de características semelhantes às existentes na envolvente e a pintura das fachadas do edifício.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Ficha de Projeto

Projeto:

Projecto de Conservação, Requalificação e Musealização do Santuário de Nossa Senhora de Aires

Beneficiário:

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Viana do Alentejo

Concelho (Localização Física da Operação):

Viana do Alentejo

Investimento Elegível Aprovado:

€ 1.588.463.99

FEDER Aprovado:

€ 1.191.347.99

Descrição:

A operação em apreço visa a intervenção num conjunto arquitetónico religioso designado por Santuário de Nossa Senhora de Aires, classificado a 31 de dezembro de 2012 como Monumento Nacional e localizado no concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora. O intuito é recuperar e valorizar o Santuário, melhorando significativamente as condições de acolhimento e de fruição pública do monumento e contribuindo, deste modo, para o melhor entendimento e divulgação dos seus valores patrimoniais. Todas as ações têm por premissa a melhoria da imagem do monumento e a sua capacidade de afirmação nos meios turísticos, que possibilitará o acréscimo do número de visitantes e o aumento significativo da visibilidade regional. O conjunto patrimonial inclui para além da igreja e respetivo adro, uma série de construções e/ou espaços como o queimador de velas, a Alameda dos Romeiros, a Fonte de Nossa Senhora de Aires, a loja, a casa do vigilante, Casa dos Romeiros, anexos e instalações sanitárias. Parte deste conjunto de estruturas edificadas destinam-se ao culto religioso e outra parte encontra-se sem qualquer uso ou utilização, prevendo-se neste projeto a sua requalificação e reutilização (exemplo da Casa dos Romeiros). Considerando os principais problemas e fragilidades deste monumento, identificados no Relatório Prévio de Arquitetura e Relatório Prévio do Património Móvel e Imóvel Integrado e demais estudos realizados, foram então contempladas nesta operação obras de conservação, requalificação e restauro do património edificado e do património móvel e imóvel integrado, a valorização do santuário na paisagem em que se inscreve reconhecendo o seu valor cultural, patrimonial e a sua especificidade na paisagem, a criação de um núcleo museológico e a subsequente afirmação da marca Santuário-Museu de Nossa Senhora de Aires através da valorização do seu espólio devotivo e imaterial, e ainda, a criação de novos espaços e serviços de apoio aos peregrinos e demais utilizadores (casas de banho, balneários, núcleos expositivos, salas de descanso e convívio, reservas e centro de documentação) e a promoção e divulgação do culto e do novo núcleo museológico por meio do recurso às novas tecnologias e restantes meios tradicionais. Para além destas ações, prevê-se a integração deste espaço religioso e cultural no circuito turístico concelhio e em outros circuitos turísticos alentejanos, através da criação de duas rotas turísticas, uma dedicada ao património histórico-artístico do concelho de Viana do Alentejo e outra dedicada aos principais centros religiosos do Alentejo - intitulada Rota dos Santuários Alentejanos. A criação e abertura de novos espaços museológicos, até então inexistentes, permitirão o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais direcionadas sobretudo para o público jovem e estudiantil e para o público sénior. Com efeito, ao abrigo do programa educativo a desenvolver neste projeto, que contempla a articulação com outros programas educativos do concelho de Viana do Alentejo e de outros concelhos da região, será sempre privilegiada a população estudiantil e sénior, as comunidades locais, a comunidade escutista e a comunidade religiosa. Nestes programas desenvolver-se-ão ateliers de carácter pedagógico e experimentais que incentivem a leitura do santuário, tanto no contexto histórico-artístico como na sua integração e relação com a paisagem, e também promova o contato com a horta situada na Alameda dos Romeiros e com as espécies nela plantadas (experiências com plantas tintureiras, trabalho com espécies aromáticas e medicinais, etc.). A ideia é conceber todo um plano museológico e pedagógico que incite à participação ativa da comunidade que o visita. Neste sentido, esta operação tem como principais linhas de força a conservação, valorização e promoção de um ativo turístico alentejano, de cariz eminentemente religioso e popular, e a consolidação e valorização do concelho e do Alentejo em geral enquanto destino turístico de âmbito não só religioso, importante mais-valia no combate à sazonalidade, mas também cultural.



Ficha de Projeto

Projeto:

AQUAPOLLIS+ Aquacultura do percebe (*Pollicipes pollicipes*)

Beneficiário:

Universidade de Évora

Concelho (Localização Física da Operação):

Sines

Investimento Elegível Aprovado:

€ 415 100.66

FEDER Aprovado:

€ 352 835.56

Descrição:

O percebe apresenta várias características que lhe conferem um estatuto de espécie com alto interesse para a aquacultura (ex.: preço muito elevado, atividade de apanha muito perigosa e condicionada pelo estado do mar; estado do recurso com tendência negativa).

O objetivo principal do projeto AQUAPOLLIS+ é estudar a viabilidade biológica da aquacultura de percebe em três sistemas alternativos de cultivo, bem como da competitividade e eficiência económica da produção nestes sistemas. Os três sistemas a utilizar baseiam-se na obtenção de juvenis no habitat natural através da colocação de substratos artificiais (processo desenvolvido no projeto AQUAPOLLIS e que será alvo de pedido de patente), os quais são posteriormente transferidos para sistemas de cultivo.

Os sistemas são os seguintes:

- sistema anteriormente testado no projeto AQUAPOLLIS onde os percebes crescem no mar, numa jangada de cultivo localizada no Porto de Sines, mas com modificações no sentido de minimizar o impacto de organismos incrustantes, como algas, cracas e mexilhões;
- sistema permanente de cultivo em terra, em condições laboratoriais;
- sistema temporário de cultivo em terra, no qual os percebes de cultivo alternam entre a jangada e o sistema em terra.

Os objetivos específicos de AQUAPOLLIS + são estudar a sobrevivência e o crescimento dos percebes nos vários sistemas e no habitat natural, bem como o seu estado morfológico, químico e nutricional. Os sistemas serão otimizados no sentido da máxima produção a menor custo. A competitividade e eficiência económica da produção por estes sistemas alternativos será analisada.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.





ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Síntese de execução do ALENTEJO 2020

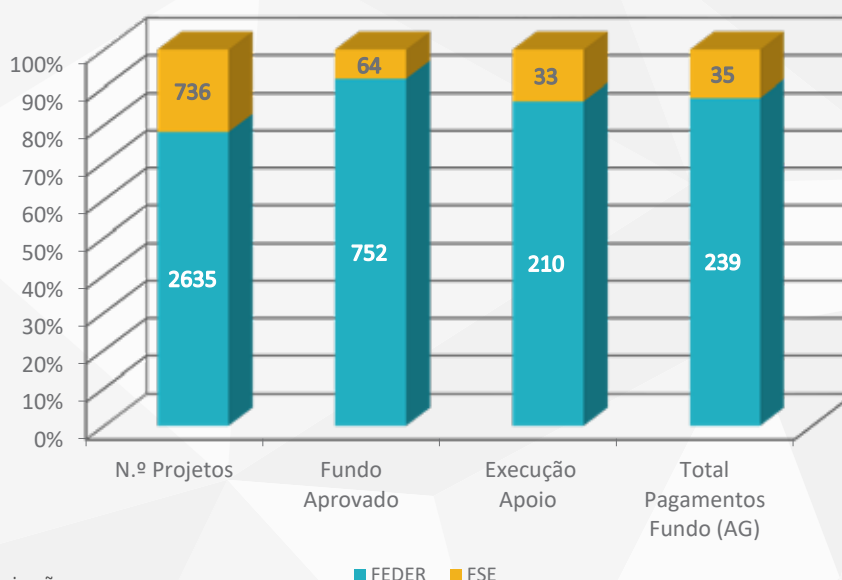
Situação a 30 de setembro de 2019

Esta síntese de execução do Programa Operacional foi elaborada com base nos dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 relativos a 30 de Setembro de 2019.

Aplicação dos Fundos Europeus

Foram aprovados no âmbito deste programa um total de 815 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 3.371 operações, sendo que destas 78%, bem como, 92% dos fundos europeus foram aprovados no âmbito do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

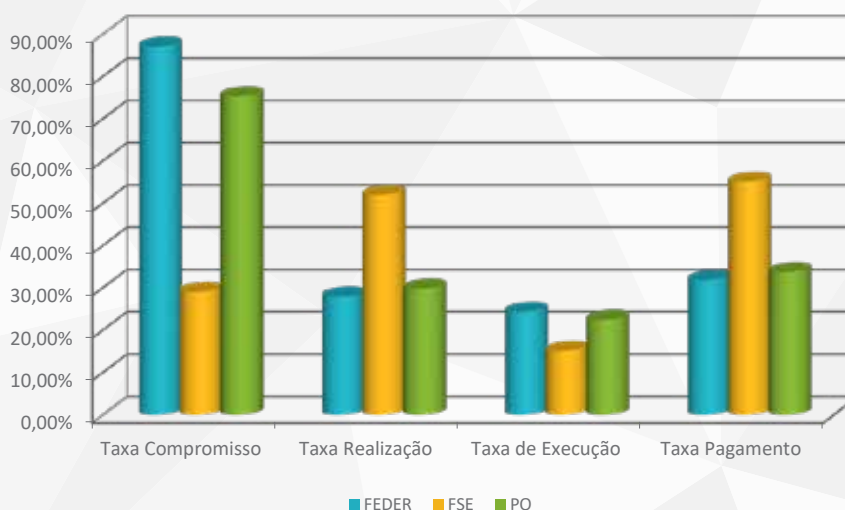
Gráfico - Síntese da Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 243 milhões de euros, a maior parte deles (86%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores cerca de 275 milhões de euros.

Gráfico - Indicadores de Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

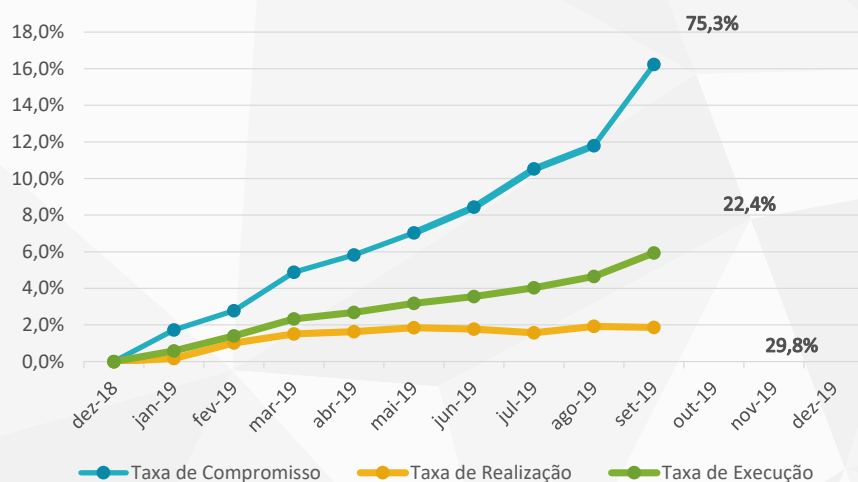
Indicadores Financeiros

A execução do programa apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores que superam os 75% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com 30% e 22%, respetivamente, e valores já consideráveis (34%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próximo dos 55%.

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, o FSE - Fundo Social Europeu, destaca-se por apresentar taxas de realização e de pagamento superiores, pois devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores de execução do ALENTEJO 2020, ao longo do ano de 2019, até 30 de Setembro, foi positiva em todos eles, particularmente visível na Taxa de Compromisso que cresceu mais de 16% durante o corrente ano, situando-se nesta altura acima dos 75%, valor superior 25 p.p.ao registado em Setembro de 2018. As Taxas de Realização e de Execução também apresentam acréscimos positivos de 1,9 e 5,9 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da Taxa de Execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 2,4 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 26 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do Alentejo 2020

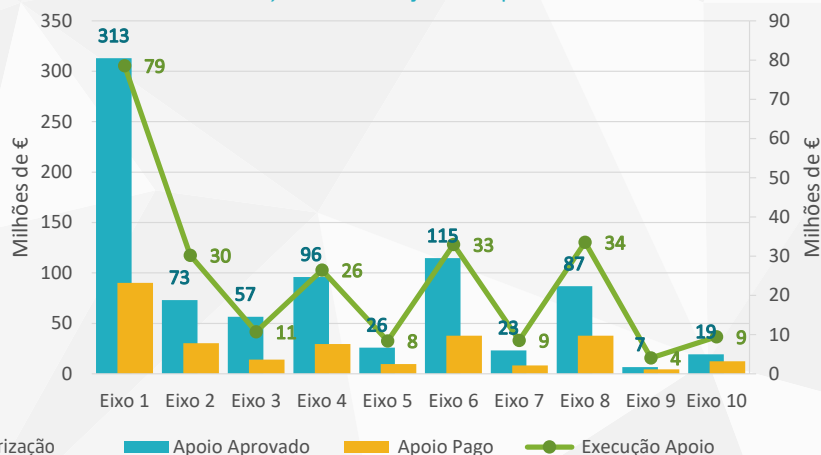


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Dinâmica da Execução por Eixo Prioritário

Ao nível dos Eixos Prioritários, constata-se que cinco deles: 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 84% do investimento elegível aprovado no Alentejo 2020. Em 30 de Setembro de 2019, esses cinco eixos representavam 84% dos fundos aprovados, 83% dos fundos executados e 82% dos fundos pagos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (38%), como a nível de Fundo Executado (32%), e também de Fundo Pago (33%). Apesar de no decurso da execução do Alentejo 2020, este eixo poder vir a decrescer em termos de relevância, continua a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

A análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo de 2019, permite observar que foram aprovadas 277 operações que promoveram a aprovação de mais de 84 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de cerca de 12% relativamente ao final do trimestre transato.

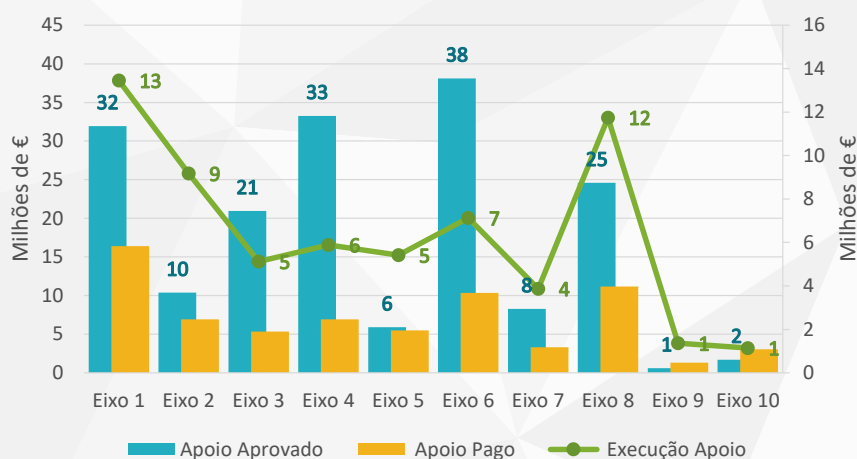
No mesmo período, foram executados mais de 26 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 24 milhões, valores que, relativamente ao trimestre anterior, representam acréscimos de 12% e 9,6%, respetivamente.

Neste período, destacaram-se dos demais os Eixos 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável e 6 - Coesão Social e Inclusão, que foram os que registaram maiores acréscimos de fundo aprovado. Já no que respeita ao apoio pago destacaram-se os Eixos 1 - Competitividade e Internacionalização e 8 - Ambiente e Sustentabilidade. Quanto à execução de apoio, o destaque vai também para os Eixos 1 e 8.

De referir que o Eixo 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa, registou um nível muito baixo de aprovações e também os Eixos 7 - Eficiência Energética e Mobilidade e 9 que, neste ano, apresentam valores muito reduzidos de execução, bem como, baixos valores de pagamentos.

Não nos referimos ao Eixo 10 - Assistência Técnica, dada a sua especificidade.

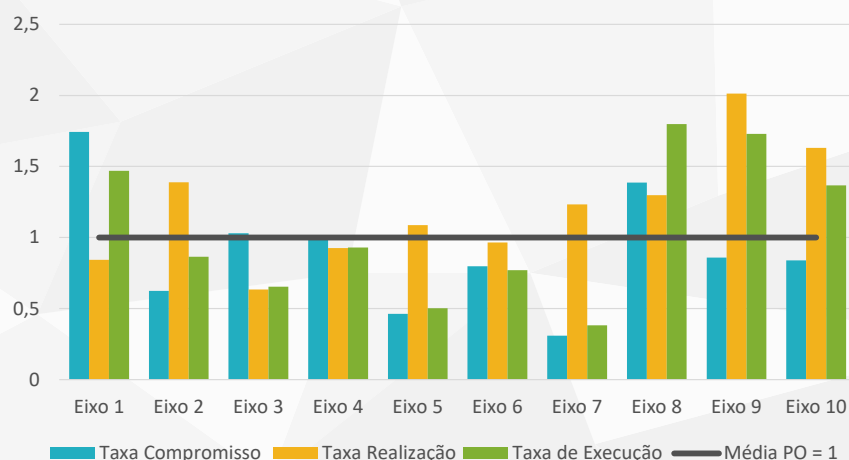
Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários durante o ano de 2019



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise comparativa dos indicadores de execução relativamente à média do PO, no que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que apenas os Eixos 1 e 8 continuam a apresentar taxas superiores à média, sendo que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores que superam os 100%, facto que está relacionado com os valores de execução que normalmente ficam um pouco abaixo das aprovações, dando desta forma margem para que os compromissos assumidos sejam cumpridos.

Gráfico - Desvio dos Indicadores de Execução por Eixo prioritário relativamente à Média do PO



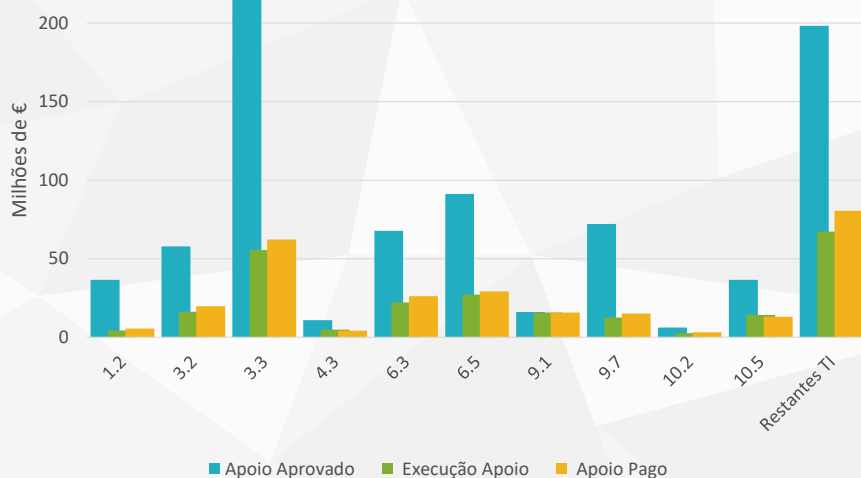
Por sua vez, relativamente às taxas de realização observa-se que os Eixos 2, 5, 7, 8, 9 e 10 apresentam valores superiores à média observada para o PO, destacando-se ligeiramente o Eixo 9, cujos valores se situam nos 60%.

No que concerne à taxa de execução, também se destacam os Eixo 1, 8 e 9, com valores de 33%, 40% e 39% respetivamente, os quais são consideravelmente superiores à média do programa (22,4%). De referir que todos os Eixos prioritários já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, o 5 - Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, apresentem taxas de execução reduzidas, ainda assim já são superiores ou estão próximas dos 10%.

Dinâmica da Execução por Prioridade de Investimento

Realizou-se uma análise semelhante relativamente às dez Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (1.2 - A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...; 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano; 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e da melhoria da empregabilidade; 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local...; 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior; e 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas).

Gráfico - Execução por Prioridade de Investimento



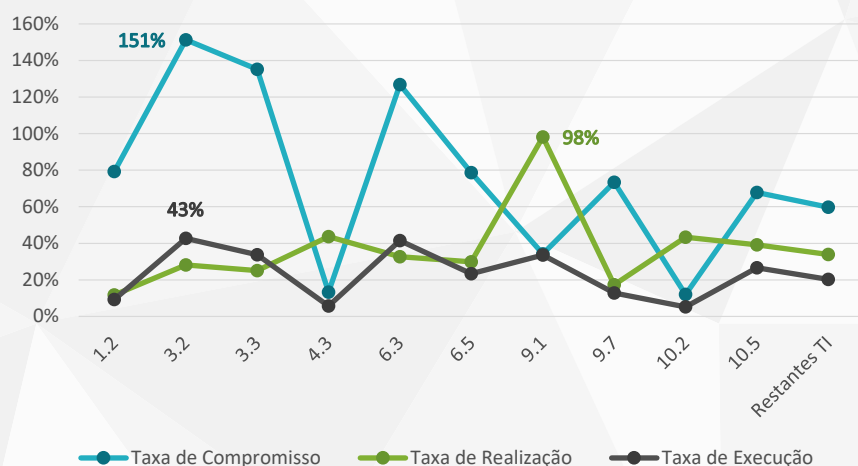
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Na análise efetuada à execução das diferentes PI no âmbito do Alentejo 2020, destaca-se das demais a PI 3.3 que apresenta maior volume de incentivo aprovado, mais de 222 milhões de euros e maiores volumes de execução. Contudo, em termos de taxas, verifica-se que a maior Taxa de Compromisso se encontra na PI 3.2 com 151%, enquanto a maior Taxa de Execução (43%) encontra-se na PI 3.2. Por sua vez, a maior Taxa de Realização é detida pela PI 9.1.

Além da PI 3.2, apenas as PI 3.3 e 6.3 registam valores de compromisso superiores à dotação prevista no Programa Operacional, valores esses que foram grandemente alterados fruto da reprogramação do programa, que a dotação de fundos europeus na PI 3.3.

No polo oposto, no âmbito das PI com maior dotação de fundos europeus, vamos encontrar a PI 10.2, com poucas operações aprovadas (13) as quais proporcionam taxas de compromisso de 12%, realização 43,2% e de execução 5,2%, claramente abaixo do que seria de esperar.

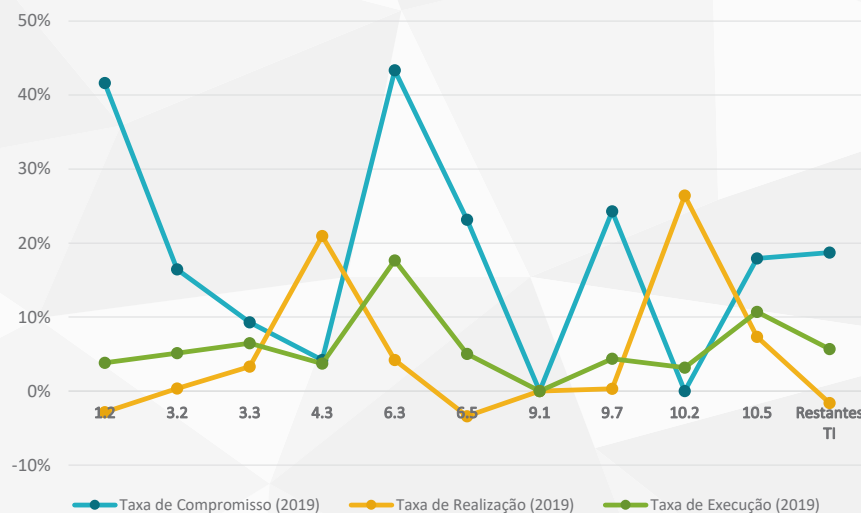
Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De referir que ainda existem mais 3 PI (4.2 - Promoção da eficiência energética, 8.1 - Acesso ao emprego, e 11.2 - Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam, no final do período em análise, qualquer operação aprovada.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento durante o ano de 2019



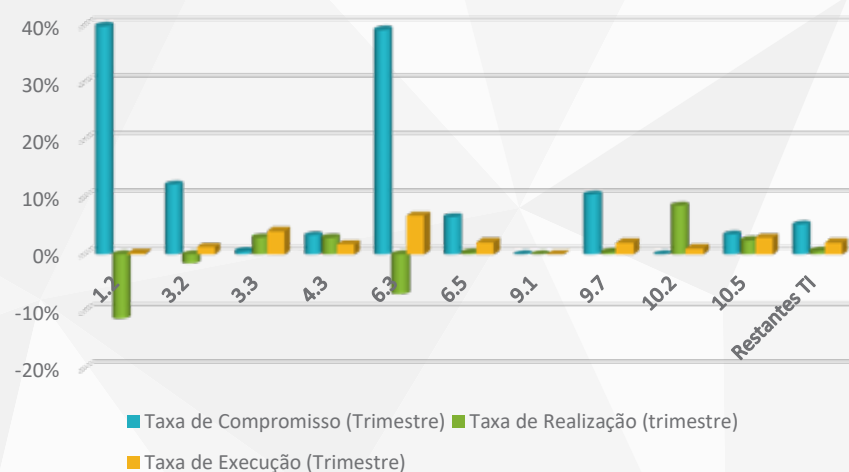
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Particularizando a análise por PI para o ano de 2019, constata-se que a Taxa de Compromisso das várias PI segue trajetórias algo diferenciadas durante o ano de 2019, com particular destaque para as PI 1.2 e 6.3 que apresentaram maior crescimento de volume de incentivo comprometido com valores que superaram os 40 p.p. nestes três trimestres. No polo oposto estão as PI 9.1 e 10.2, que não apresentaram acréscimos residuais nos valores comprometidos.

Ao nível da Taxa de Realização, verifica-se que os maiores acréscimos do ano corrente se registam na PI 4.3 e PI 10.2 com um acréscimo superior a 20 pp. Estes valores aparecem como resultado de algumas descativações. Em sentido oposto, as PI 1.2, 3.2, 6.5, 9.1 e 9.7, não apresentam qualquer variação ou têm variação negativa na Taxa de Realização, que neste caso parece indicar que a execução acompanha a aprovação de incentivos.

Por fim, no que respeita à Taxa de Execução, segue um padrão semelhante durante o ano de 2019, destacando-se as PI 6.3 com um acréscimo de 18pp e a PI 10.2 que regista um aumento de 11pp em 2019. A PI 9.1 não registou qualquer execução neste último trimestre.

Gráfico - Evolução da Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento no último Trimestre



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Durante o terceiro trimestre de 2019 as PI 1.2 e 6.3 destacaram-se das demais porque foram aquelas onde se registaram maiores acréscimos nos valores de incentivo comprometidos. E destas a PI 6.3 foi a que registou maiores acréscimos nas taxas de compromisso e de execução, durante este último trimestre. No que respeita às variações baixas o destaque vai todo para a PI 9.1 que não registou qualquer variação nas taxas analisadas.

